

Carol Ferreira Andrade de Sousa

A COR DA MINHA INFÂNCIA



Carol Ferreira Andrade de Sousa

A COR DA MINHA INFÂNCIA

Florianópolis
2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Sousa, Carol

A Cor da Minha Infância / Carol Sousa ; orientador,
Valentina Nunes da Silva, 2020.

134 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Comunicação e Expressão, Graduação em Jornalismo,
Florianópolis, 2020.

Inclui referências.

1. Jornalismo. 2. Racismo na Infância. 3. Saúde Mental.
4. Psicologia. 5. Livro-Reportagem. I. Nunes da Silva,
Valentina . II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Graduação em Jornalismo. III. Título.

À minha mãe, Marlene Ferreira, a mulher mais
batalhadora desse mundo, que me inspira a
resistir. E a todos irmãos e irmãs, que lutam
diariamente por seu espaço neste mundo

AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento deste Trabalho de Conclusão de Curso só foi possível graças à colaboração e apoio de muitas pessoas, as quais devo minha eterna gratidão.

Aos meus ancestrais e orixás, por possibilitarem minha existência e me orientarem pelos caminhos certos.

À minha mãe, por muito antes de eu sonhar com a universidade, já acreditar em mim e na educação como único caminho para a realização de sonhos.

Ao meu namorado, pelo companherismo, suporte emocional e por nunca me deixar desistir.

À minha orientadora, professores e colegas do Curso de Jornalismo, por todas as experiências e conhecimentos que me agregaram ao longo da graduação.

Aos entrevistados, por compartilharem comigo tantas histórias de luta e resistência, e por serem inspiração para mim e para todos que lerem este livro.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS

PRÓLOGO 10

CAPÍTULO 1

Como criar uma crianças preta no Brasil? 15

CAPÍTULO 2

Entre os muros da escola 37

CAPÍTULO 3

Meninos negros também querem ser heróis 57

CAPÍTULO 4

O dia em que nos tornamos negros 71

CAPÍTULO 5

Cicatrizações 97

CAPÍTULO 6

Escrevivências da autora 119

VOCABULÁRIO 130

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 132

PRÓLOGO

O racismo causa impactos danosos e imensuráveis do ponto de vista psicológico e social na vida das pessoas negras. Os atravessamentos da discriminação racial ocorrem, muitas vezes, antes mesmo do nascimento e perpassam a infância, adolescência e toda a trajetória da pessoa negra até sua vida adulta. A população negra, em 2020, representou aproximadamente 56,10% dos brasileiros, — somatória de pretos e pardos —, segundo o Instituto Nacional de Geografia e Estatística (IBGE). No entanto, também são a parcela que apresenta as piores condições de vida, devido ao racismo estrutural. Essa situação é crítica para indicadores negativos de saúde, moradia, trabalho, emprego, educação, renda, acesso à informação, bens e serviços.

As crianças negras, por exemplo, têm 70% mais chances de viver em famílias pobres do que crianças brancas, segundo dados da campanha “O impacto do racismo na infância”, promovida pelo Fundo das Nações Unidas Pela Infância (UNICEF), em 2010. Com relação às oportunidades educacionais, as crianças negras são as que mais evadem a escola e as que têm menos chances de terminar os estudos. Segundo dados do IBGE, a cada 10 jovens negros, 4 não concluem o ensino médio.

Diante destas problemáticas, este livro, denominado *A Cor da Minha Infância*, evidencia a realidade de crianças e adolescentes, constantemente atravessados pelas mais variadas formas de racis-

mo. A violência psicológica é uma das mais cruéis e menos debatida, pois ocorre de maneira silenciosa, e é sustentada pelo conceito errôneo de democracia racial, que nega a existência de racismo no Brasil. Nesse sentido, as desigualdades sofridas pela população negra, assim como a discriminação e o preconceito racial, se desdobram em outras questões, que potencializam os riscos a saúde mental delas.

A exposição diária a situações de racismo contribuem para que o jovem negro tenha uma vida conturbada, se refletem no modo como ele mesmo se enxerga, se comporta e se desenvolve ao longo de sua vida. A infância é a fase em que as crianças estabelecem sua identidade e, nesse processo, ficam mais vulneráveis a influências positivas ou negativas, que normalmente vêm dos adultos e dos meios de comunicação presentes na vida da criança.

Palavras, olhares ou gestos menos atenciosos dos adultos podem gerar sentimentos de inferioridade na criança e sensação de não-pertencimento aos espaços em que ela ocupada. A baixa representação de pessoas negras ou a ausência delas, também impacta silenciosamente no imaginário infantil. Essas crianças tendem, de forma inconsciente ou não, a internalizar algumas concepções negativas sobre sua própria identidade étnica e cultural.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei n.º 13.046/2014, é entendido como forma de maus-tratos qualquer tipo de violência física, psicológica, sexual ou negligência. No entanto, a discriminação racial não é um recorte especificado nesta lei, e esse é um dos fatores que contribuem para a invisibilidade desse

problema. Assim, os impactos psíquicos causados pelo racismo tendem a passar despercebidos na infância, e muitas vezes, só são descobertos na fase adulta. Nesse sentido, a família é muito importante para orientar a criança sobre como lidar com a situação de discriminação que ela sofrerá. Os psicólogos acreditam que esse tipo de apoio e uma boa comunicação com as crianças e adolescentes são muito importantes, para que eles tenham seus sentimentos respeitados e espaço para se expressar e relatar acontecimentos do seu cotidiano. Assim, é possível identificar quando a criança está tendo complicações em seu desenvolvimento e saber que o racismo pode ser o fio condutor. Qualquer criança, ao conviver em uma realidade de desigualdade e de discriminação, tem a ilusão de que negros, brancos e indígenas devem ocupar necessariamente lugares diferentes na sociedade. Seja diante da TV, nas escolas, ou em histórias infantis, as crianças vão se desenvolvendo com imagens retorcidas de papéis e lugares segundo a cor de pele ou aparências.

Por isso, uma das formas de combater as consequências psíquicas do racismo na infância é esclarecer a importância da diversidade, valorizar as diferenças e ouvir as crianças. Os adultos são quem elas mais acreditam e o alicerce da autoestima da criança. A confiança e olhar dos adultos é o que irá ajudá-la a confiar em si mesma. É válido ressaltar que o efeito contrário também pode ocorrer. Se a criança ouve discursos negativos sobre o negro ou vê imagens e representações estereotipadas, é possível que ela reproduza esses comportamentos e o leve para outros espaços.

Nesse sentido, *A Cor da Minha Infância*, aborda uma temática muito delicada, que exige sensibilidade e compreensão. Uma vez que, os efeitos psicológicos do racismo acarretam uma série de dificuldades psicossociais, é necessário buscar ajuda psicológica e atendimento com especialistas capacitados para direcionar o melhor tratamento. No entanto, o difícil acesso da população negra e pobre a ele, torna ainda mais difícil curar essas feridas. Por isso, dar voz a essas pessoas foi a forma que eu encontrei para ajudá-las minimamente nesse processo de autoconhecimento e tratamento dessas marcas.

Por ser um tema bastante delicado, ao longo dos capítulos deste livro não haverá testemunhos de crianças e adolescentes, apenas dos pais e especialistas na área da Psicologia. Acredito que as crianças devem ser poupadas de reviverem lembranças tão dolorosas. No entanto, sua existência deve ser respeitada e reconhecida também. Considero-as seres capazes de falar e dignos de serem ouvidos. As crianças também são detentoras e produtoras de conhecimento e devem ser compreendidas e valorizadas. É por isso que nós, adultos, devemos manter nosso olhar de carinho e atenção para com elas, buscando entendê-las como seres completos, autônomos e que vêm de um lugar onde já estivemos um dia. Em essência, sempre seremos uma criança em busca de respostas para nossas histórias.

Boa leitura e reflexão!

“ *Criem seus filhos para não serem racistas, porque estamos criando os nossos para reagir.* ”

AUTOR DESCONHECIDO

CAPÍTULO 1

COMO CRIAR UMA CRIANÇA PRETA NO BRASIL?

Estava anoitecendo no dia 29 de maio de 2005, quando, após longas dezoito horas em trabalho de parto, Janaina Moreira*¹ finalmente segurou nos braços sua menina, a quem chamou de Ana Liz*. Ela pesou pouco mais de 2 quilos e 900 gramas, com 52 centímetros de comprimento. A pele escura e arroxeada, era uma mistura da cor retinta do pai e a cor esquisita que os bebês têm em seus primeiros minutos de vida. A emoção tomou-a em um misto de amor e angústia. Quando olhou a pequena bebê em seus braços, Janaina instantaneamente desenvolveu um senso de proteção. As lágrimas vieram e a ficha caiu: ela havia se tornado mãe de primeira viagem. De uma menininha preta, com muitos desafios e sonhos pela frente.

O dia do nascimento de uma criança negra não é um dia qualquer, principalmente para a mãe. É um dia de muitos questionamentos, preocupações, medos e expectativas sobre o mundo que a espera. É um momento onde elas são convidadas a revisitar as memórias de infância e a partir de então planejar o futuro dos filhos, sabendo que algumas coisas precisam ser mudadas. “Minha infância foi muito difícil, marcada por muitas histórias de preconceito, inclusive dentro da minha casa. No dia em que minha filha nasceu, eu entendi que precisava criá-la de uma maneira diferente de como fui criada. Com mais respaldo, amor, diálogo e, principalmente, respeito”, conta Janaína. Ela, os pais, e mais três irmãos (duas meninas e um menino) passaram boa parte dos anos 80 mudando de bairro em bairro, na Região Metropolitana de São Paulo. Ela afirma que

1 *Nomes fictícios foram utilizados para preservar a identidade das fontes.

seu convívio familiar foi marcado por desavenças com os irmãos e sua mãe, que eram os mais “claros” da família. Apenas ela e o irmão mais novo haviam herdado a cor do pai.

Essas diferenças físicas tornaram-se problemáticas quando ela tomou consciência de que havia um tratamento diferenciado da mãe com as filhas de pele mais clara. “Minha mãe costumava nos castigar com surras quando fazíamos algo que ela julgava como errado. Só que minhas irmãs normalmente levavam palmadas e eu sempre era punida com cinto ou corda. Além disso, minha mãe me xingava de ‘nega fedida’, me mandava tomar banho direito e dizia que tinha raiva do meu cabelo porque ela não conseguia dar conta de desembaraçar os fios crespos”. Essas situações de discriminação no ambiente familiar, fizeram Janaina tornar-se uma criança muito retraída e com dificuldades de se relacionar socialmente com outras pessoas. Mesmo durante a adolescência, ela evitava se expor. Na escola recusava-se a apresentar trabalhos na frente de toda a turma, pois sentia vergonha de si.

Somente depois de adulta, ela pôde processar todo o sofrimento da infância e romper com as cicatrizes que foram limitantes para sua autoestima e identidade. Essas vivências também trouxeram uma reflexão importante para a vida de Janaina, no momento em que ela descobriu que estava grávida: como criar uma criança negra de forma diferente de como ela havia sido criada? Ela e Rogério Moreira*, seu marido, buscam as melhores maneiras de educar, com muito afeto, a Ana Liz, que fez 15 anos em maio de 2020.

“Cuidar da minha filha é uma maneira que encontrei de superar as marcas do passado e me curar. Aproveito a oportunidade para fortalecer minha família, nossa negritude e incentivá-los a valorizar a herança africana que carregamos conosco, na nossa pele, cabelo, corpo e alma”, comenta Janaína.

Criar uma criança negra é, de fato, uma tarefa árdua e muito distinta de criar uma criança branca. Enquanto a mãe da criança branca preocupa-se em dar afeto, a mãe da criança preta reza para que o filho não seja barrado pela polícia enquanto está na rua. Essa iniquidade é resultado do modo como o Brasil, historicamente, constitui-se: firmando práticas e políticas que somente privilegiaram e ainda privilegiam pessoas brancas, e marginalizam a população negra. Além de, impedi-los de usufruir de oportunidades e direitos que possam levá-los a ascender socialmente.

O racismo chamado de “estrutural”, tornou-se enraizado em nossa sociedade, sendo perpetuado por anos, e gerando estereótipos que reforçam um falso pertencimento das pessoas negras a lugares de baixo prestígio socioeconômico. Apesar de representar mais de 56% da população brasileira, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019), a maioria dos cidadãos que se encontram em situação de vulnerabilidade social são negros e pobres.

A falta de recursos financeiros é uma das consequências advindas desse período de mais de 300 anos de escravidão e do abandono da população negra num contexto pós-abolicionismo. Dados

do Fundo das Nações Unidas (Unicef), com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do censo de 2015, evidenciam que existem cerca de trinta e dois milhões de crianças e adolescentes vivendo em situação de pobreza e privação de direitos (educação, moradia, saneamento básico e etc.), no Brasil. Isto representa 61% do total de crianças e adolescentes no país. Desses, 58,3% dos meninos e meninas negros têm os direitos privados, enquanto entre os brancos o índice é de 38%. Estima-se também que uma criança negra tem 70% mais chance de ser pobre que uma criança branca. É uma constatação dura e desafiadora a ser superada, ainda mais em uma sociedade que utiliza de mecanismos para a manutenção destas iniquidades e bloqueios de oportunidades. Como o racismo velado, que é uma prática extremamente sofisticada de esconder o preconceito, até mesmo de quem sofre.

Os dados e estatísticas, apesar de dolorosos, retratam disparidades em diversos âmbitos sociais, que ainda são negadas. O mito da democracia racial, por exemplo, é uma construção socialmente instituída em nossa nação que faz com que acreditemos que somos todos iguais, por isso, todos usufruímos dos mesmos direitos, contrariando a existência do racismo. No entanto, refletindo sobre os dados reais, fica nítida a diferença de tratamento entre negros e brancos e seus impactos. Os jovens negros, por exemplo, são as maiores vítimas fatais de violência no Brasil, enquanto os índices de mortalidade entre os brancos são inferiores ou se reduzem a cada ano. O Atlas da Violência de 2020, apresenta homicídios como as principais causas de morte entre jovens negros com idade de 15 a

29 anos. Apenas em 2018, os negros (junção de negros e pardos, segundo o IBGE) representaram cerca de 75,7% das vítimas de homicídios, com uma taxa de homicídios por 100 mil habitantes de 37,8. Comparativamente, entre os não negros (brancos, amarelos e indígenas), a taxa foi de 13,9, o que significa que, para cada indivíduo não negro morto em 2018, 2,7 negros foram mortos.

A concentração de homicídios de jovens negros em ações policiais também é desproporcional, em comparação às mortes de jovens não negros. 2020 foi um ano marcado por uma série de manifestações do movimento *Black Lives Matter*, em decorrência do assassinado de George Floyd, pela polícia de Mineápolis, nos Estados Unidos. Enquanto no Brasil, os negros foram 75,5% dos mortos pela polícia, segundo relatório da Rede de Observatórios da Segurança. Já no primeiro semestre de 2020, em plena pandemia da Covid-19, ocorrem uma série de operações policiais no Rio de Janeiro, cujo objetivo era monitorar e reforçar as medidas de distanciamento social, mas acabaram resultando na morte de jovens negros.

Um dos casos mais emblemáticos foi do menino de 14 anos, João Pedro Mattos, assassinado em sua casa, no Complexo do Salgueiro, Município de São Gonçalo. A morte do garoto gerou revolta e manifestações que trouxeram, novamente, discussões sobre o genocídio da população negra.

No âmbito da saúde, também existem dados e questões a serem debatidas, como as altas taxas de mortalidade de recém nascidos e as dificuldades de acesso de mães negras a um sistema

de saúde adequado. Apesar de algumas conquistas, como a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), do Ministério Público de Saúde, que visa promover o acesso à assistência médica desta parcela da população, a criança negra é mais sujeita aos atravessamentos do racismo ainda no útero de sua mãe.

Pesquisadores da Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp/Fiocruz), da Fundação Oswaldo Cruz, realizaram um estudo, em 2017, que forneceu registros sobre os agravos à saúde das mulheres negras antes, durante e depois do parto. De acordo com este artigo, elas recebem menos cuidados e orientações médicas durante o parto. Além disso, há indícios de que recebem menos anestesia local no caso de episiotomia (incisão no períneo para facilitar a passagem do bebê pelo canal). Essa negligência pode causar complicações durante o parto e após a cirurgia.

A psicóloga Bruna Pereira, que também é integrante do Núcleo Estadual da Articulação Nacional de Psicólogas (os) Negras (os) e Pesquisadoras (es) — ANPSINEP, explica que durante a gestação o atendimento inadequado pode resultar em complicações para a mãe e o bebê. “Neste período existe a possibilidade ou impossibilidade da mãe, ou da família, de usufruir dos devidos cuidados pré-natais e todas as implicações da dignidade no período de nascimento. Essas pessoas estão sujeitas a falhas obstétricas que podem impactar tanto na saúde da mãe quando na do recém-nascido”, afirma Bruna. Essas condições de desigualdade que comprometem a saúde da população negra, também ficaram evidenciadas durante

a Pandemia da Covid-19. Houve disparidades na relação de mortos pelo vírus segundo a cor. Além de serem os mais infectados pelo vírus, a população negra também apresenta maiores riscos de terem doenças crônicas e comorbidades, como diabetes, hipertensão e doenças renais. Essas doenças são consideradas fatores de risco para o coronavírus.

Em maio de 2020, um estudo realizado pelo Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde da Pontifícia Universidade Católica (PUC), do Rio de Janeiro, com base em informações dos boletins epidemiológicos do Ministério da Saúde, mostrou que 55% dos negros hospitalizados no Brasil morrem em decorrência do coronavírus. Já entre a população branca, 38% dos pacientes internados vieram a óbito. Quanto à letalidade infantil, o Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC), dos Estados Unidos, descobriu que crianças negras e latino-americanas são a maioria das vítimas fatais do vírus. Elas representaram 73% dos mortos durante a pandemia, enquanto a taxa de mortalidade das crianças brancas foi de 14% até setembro do mesmo ano.

Os impactos da crise sanitária do coronavírus na vida de crianças e adolescente negros foram imensuráveis. Em julho do mesmo ano, a empregada doméstica Mirtes Renata, que deveria estar em isolamento social, passeava com o cachorro de sua ex-patroa, quando uma movimentação em torno do prédio conhecido como “Torre Gêmeas”, localizado no Centro de Recife, em Pernambuco, chamou sua atenção. O susto e a dor foram intensas quando Mirtes

avistou seu filho Miguel, de 6 anos, caído no chão. Ela mesma, junto de um médico que residia no prédio, socorreram a criança ainda com vida. Mirtes havia levado o menino para o trabalho, obedecendo às medidas de suspensão das aulas devido à Covid-19. Na ocasião, a criança estava sob os cuidados da primeira-dama de Tamandaré Sari Cortez, ex-patroa de Mirtes. Câmeras de segurança do prédio mostraram que ela não impediu o menino de pegar o elevador sozinho, pelo contrário. Foi Sari quem apertou o botão que levou a criança até o 9.º andar do prédio, de onde veio a cair. Miguel faleceu no hospital. Apesar de ter sido presa em flagrante, Sari respondeu em liberdade pelo crime de homicídio culposo, quando não há intenção de matar.

Esse é apenas mais um entre tantos casos de negligência que resulta na morte de uma criança negra. Segundo a cartilha da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, promovida pelo Ministério da Saúde (2005), o risco de uma criança preta ou parda morrer antes dos cinco anos por causas infecciosas e parasitárias era 60% maior do que o de uma criança branca. Outro estudo, realizado na 10ª edição da Revista Painel de Indicadores do Sistema Único de Saúde (SUS), revelou que logo no primeiro ano de vida, em 2012, 45% das mortes foram de crianças negras e 41% brancas. Essa diferença é ainda maior quando as mortes ocorrem na primeira semana de vida, onde 47% das mortes são de crianças negras e 38% de crianças brancas. As causas destas mortes estão diretamente relacionadas às péssimas condições socioeconômicas em que se encontram as famílias. Mesmo no sul do país, onde as crian-

ças possuem melhores condições de vida (segundo indicadores de acesso à saúde, educação, moradia, saneamento básico, emprego e etc.), em comparação a outras regiões, sua taxa de mortalidade é 37% superior à de crianças brancas. Ou seja, essa é uma realidade que se espalha por todo o Brasil e demanda uma reação conjunta para debater os efeitos do racismo na infância e suas implicações futuras.

Diante destas situações, o debate central é: como fica a saúde mental de meninos e meninas negras que ouvem, veem ou vivenciam situações de racismo cotidianamente, que podem levá-las a desenvolver problemas de autoestima, transtornos mentais, dificuldade de desenvolvimento e relacionamento interpessoal? São questões desafiadoras, mas que podem gerar reflexões relevantes sobre como modificar essas estatísticas, reduzir os impactos do racismo e proporcionar um futuro mais próspero para as crianças negras.

É papel do adulto, no entanto, identificar e tomar decisões no combate às situações de racismo sofridas pelas crianças. Pois, como explica a psicóloga Bruna Pereira, muitas vezes elas não têm linguagem suficiente para identificar, nomear ou dialogar com alguém em quem confie, sobre o acontecimento que a feriu. Por isso, precisam de um adulto que faça esse intermédio de resolução entre a criança e o que está lhe causando desconforto. Os pais têm, então, o desafio de romper com os dados e estereótipos que são “predestinados” para as crianças negras, já que a família é a base fundamental para a preservação das subjetividades dos filhos.

Deste modo, torna-se possível evitar que o racismo limite a vida de meninos e meninas. Quando perguntados sobre a possibilidade de blindar os filhos contra o racismo, a maioria dos entrevistados para esta reportagem respondeu que não há como, mas que é possível, sim, desenvolver formas de lidar com as situações de racismo que as crianças eventualmente irão sofrer. Uma das entrevistadas, Mariana Portella Milan, estudante do 5^a semestre de Psicologia, filha de pai branco com mãe negra, considera o racismo algo inevitável e recorrente na vida de qualquer pessoa negra. Ela conta que sua família não era aberta para dialogar sobre essas questões mesmo eles, cotidianamente, vivenciando situações de racismo na cidade onde moravam. “Eu acredito que não tem como blindar, é impossível. Mesmo que, por exemplo, minha mãe quisesse me proteger e tivesse ciente do racismo, ainda assim eu sofri com a estrutura racista, que ela também sofreu. Tem coisas que estão além da estrutura familiar, muitas coisas, aliás”, enfatiza Mariana.

Em Santo Ângelo, uma cidadezinha de 90 mil habitantes, que fica no interior do Rio Grande do Sul, havia um rumor de que Mauro Xavier Milan, pai de Mariana, era um garanhão. As pessoas cochicham entre si e observavam os Milan Portella passar, com certo olhar de curiosidade. Os comentários eram sobre a história de que Mauro teria traído sua antiga esposa com a empregada doméstica, e a engravidado. Essa empregada, na concepção dos santo-angelenses, era Vera Lúcia Soares Portella, mãe de Mariana e Letícia. Para deixar a história ainda mais complexa, também espalharam que Letícia seria filha da antiga esposa de Mauro. O boato reper-

cutiu por muitos anos, e Mariana ainda recebe os mesmos questionamentos sempre que volta para Santo Ângelo. “Até hoje se eu e minha irmã estamos juntas, vem alguém que nos conhece e fala ‘nossa, o teu pai hein’. Como se quisessem dizer que meu pai saiu por aí transando com várias pessoas, por isso eu e minha irmã somos tão diferentes fisicamente. Eles não conseguem acreditar que somos filhas do mesmo pai e da mesma mãe, porque eu sou negra e ela é branca”, conta Mariana.

Mesmo passando por essas situações de preconceito por conta de serem uma família inter-racial, os pais de Mariana não comentavam sobre o assunto, mas sua mãe a ensinava sobre sua negritude de uma maneira mais lúdica, utilizando o samba. “Minha mãe gostava muito de samba, e quando eu era criança ela cantava a música “Olhos coloridos” da Sandra de Sá. Ela olhava para mim e apontava para o próprio cabelo, enquanto a música tocava. Isso tudo foi muito importante para que eu conseguisse, primeiramente, enxergá-la como negra e achá-la bonita. E assim, eu também acabei me reconhecendo como negra e me senti um ser bonito. Nesse momento, passei a desejar ter a autoestima que ela tinha”, lembra Mariana. Apesar de terem as experiências de racismo como fator em comum, cada família tende a desenvolver uma forma muito particular de lidar com a discriminação racial. Algumas podem ensinar os filhos a reagirem, responderem ou denunciarem. Alguns pais conseguem manter o diálogo com os filhos, e utilizam dos valores ancestrais da cultura afrobrasileira para empoderá-los. Outras preferem incentivá-los a não entrar em conflitos quando passarem

por algumas situações e evitam chamar atenção de outras pessoas. Existem também, famílias que não desenvolvem consciência racial suficiente para perceber ou identificar a presença do racismo em suas vidas e que, muitas vezes, acabam rejeitando o próprio corpo. Ou seja, a criação de cada família é o que determinará como será a identidade e autoestima das crianças.

Família e negritude

A figura materna é a primeira representação e a pessoa mais íntima que a criança tem como referência em seus primeiros dias de vida. O afeto e o amor de uma mãe podem ser uma arma poderosíssima contra qualquer violência. Essa relação torna-se bastante complexa quando a mãe também é negra e possui consciência das implicações do racismo em suas vidas. Diante de um cenário de genocídio da população negra, um adolescente negro que chega aos 15 anos, têm três vezes mais probabilidade de ser assassinado, do que um jovem branco, essas mulheres fazem de tudo para preservar os filhos, mas sem esconder deles a realidade.

É assim que Tatiana Ap Américo, mãe do Pietro Américo David, empenha-se em adotar os melhores meios de acolher as dores do filho. Ela é natural de Blumenau e integrante do Movimento Negro Unificado de Santa Catarina (MNU). Mudou-se para a Grande Florianópolis em 2012, no ano em que Pietro nasceu. Na mesma

época, conheceu um grupo de mulheres negras que realizavam encontros mensais na região, com o intuito de fortalecer os vínculos e debater pautas que contemplassem suas complexidades. No coletivo Pretas em Desterro, ela conta que se “redescobriu” como mãe. “A convivência com outras mães pretas me possibilitou uma tomada de consciência sobre a importância de discutir a criação do meu filho num contexto racial, coisa que eu não tinha antes.”

Um dos primeiros *insights* que ela teve é de que é impossível esconder do filho as situações que acontecem fora de casa, e nem o manter restrito ao seio familiar. O convívio com outras pessoas também faz parte do crescimento e do entendimento das pluralidades de nossa sociedade. Além disso, a personalidade da criança é constituída por todos que fazem parte do seu círculo social. O olhar que essas pessoas irão projetar sobre ela é o que vai determinar como ela mesma se enxergará. No livro *O labirinto de espelhos: formação da autoestima na infância e adolescência*, as autoras Simone de Assis e Joviana Avanci, falam que a formação da boa autoestima depende profundamente do olhar amoroso de apreciação, do ser visto como pessoa de valor, com competência, no mínimo por uma pessoa significativa nos círculos de convivência. Ou seja, a família ou as demais pessoas do círculo social da criança é quem irão ensiná-la, ou não, a valorizar a si mesma. Embora, muitas vezes, fatores externos também causem influência sobre as crianças, como alguns conteúdos que chegam para elas por meio da mídia, e podem ser bastante desanimadores e impactantes.

A TV estava ligada no *Jornal Nacional*, e cada um dos membros da família Américo se encontrava em um cômodo diferente da casa. Na cozinha, Tatiana cuidava do jantar, enquanto seu marido, Alvacir Joel David, terminava de organizar papeladas do trabalho na sala de estar. O pequeno Pietro, de 8 anos, brincava em seu quarto, quando uma reportagem no *JN* começou a falar sobre o caso do entregador de *ifood*, Matheus Pires Barbosa, que foi alvo de racismo enquanto realizava uma entrega em um condomínio de luxo em Valinhos, no interior de São Paulo. Um homem branco, morador no local, que sem mais nem menos, direcionou uma série de ofensas racistas contra Matheus e provocou revolta nas redes sociais. No vídeo, que viralizou na *internet*, o homem ofendeu o moto-boy chamando-o de lixo e dizendo que ele teria inveja de sua cor branca. Uma cena inaceitável, que resultou apenas no banimento do agressor do aplicativo *ifood*.

No imaginário de Pietro, aquela situação que ele havia acabado de assistir o abalou, porque lhe causou certa identificação com o entregador. Pietro imediatamente largou os brinquedos de lado e começou a chorar. A mãe, ao ouvi-lo, foi até o quarto conversar com ele, buscando a melhor forma de explicar por que aquilo aconteceu e como ele deveria reagir. Foi por meio do diálogo e do afeto que Tatiana encontrou a melhor forma de apaziguar o coração e acolher o sentimento de seu filho. Pediu que ele respirasse, e aguardou que as lágrimas parassem. Convocou o marido e tiveram uma longa conversa sobre o assunto.

Muitas famílias são mais sensíveis e tratam de maneiras mais sutis sobre os atravessamentos do racismo no cotidiano, principalmente quando os filhos são muito pequenos. É o caso do fisioterapeuta Erick Bernardes, que mora em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, e é pai do Vicente, de 4 aninhos. Ele brinca que desde os primeiros meses do filho, ainda na barriga da mãe, ele conversa com o menino sobre racismo, pois acredita que não há uma idade certa para dialogar sobre isso, mas sim métodos específicos para cada idade. “Desde o começo, quando caiu a ficha de que estávamos gestando uma criança negra, eu e minha esposa começamos a falar com ele sobre racismo. Éramos incentivados por especialistas a conversar com a ‘barriga’. Então, nós interagimos com ele neste período, apresentamos músicas que falavam sobre nosso povo, e desde o começo ressaltávamos: ‘você é negro’ e ser negro é lindo”, conta Erick, que também é integrante do coletivo Pais Pretos Presente, voltado para discussões sobre paternidade preta.

Mesmo quando Vicente cresceu um pouco mais, e aprendeu a falar, ainda assim Erick seguiu a abordagem de valorização da beleza de seu filho, como uma forma de fortalecer sua autoestima e prepará-lo para enfrentar situações que ele pudesse vir a vivenciar. “Ele é uma criança muito sorridente, simpática e inteligente. Por isso, nós procuramos sempre enaltecer essas qualidades dele. Vicente tem o cabelo bem cacheadinho e gostamos de fazer penteados nele, para que ele se sinta estiloso e bonito”, comenta Erick. O garoto foi matriculado em uma creche particular onde existem poucos negros, mas mesmo assim os pais procuram estar presentes nesse

ambiente. Participam de reuniões e sugerem materiais didáticos que contemplem a cultura negra. Tudo para que o filho sempre se sinta pertencente aos espaços em que ele estará presente.

Muitas vezes, por conta da grande carga de horário de trabalho, as mães precisam deixar os filhos com terceiros, que podem ser avós ou outros parentes, vizinhos, amigos, quando não podem levá-los para o trabalho. Essas pessoas também desempenham uma participação importante na criação da criança. A infância de Mayra Venâncio, de 24 anos, foi assim. Sua mãe trabalhava à noite e durante o dia descansava. Então, ela ficava sob os cuidados da avó. Mayra relembra que nunca houve conversa sobre racismo dentro de sua casa, mas que sua mãe a incentivava a não arrumar problemas na rua e na escola. Hoje, com mais entendimento sobre o modo como suas relações familiares ocorreram, ela afirma que se sentiu moldada para não reagir às violências que vivenciou na escola, por exemplo. “Eu recebi diversos apelidos, principalmente por ser negra e gorda. Eu odiava as aulas de Educação Física, pois as outras crianças sempre me mandavam para o gol para poderem chutar a bola em mim. Além dos colegas, meus professores também me ofendiam ou se omitiam quando presenciavam alguém que xingando. Com o tempo, eu passei a levar na brincadeira, às vezes ria junto ou só ignorava”, conta Mayra.

O comportamento da criança é moldado desde o início de sua vida: o menino negro é proibido de correr, pois, a polícia poderá pará-lo. Também não é recomendado que use capuz à noite, para

não parecer suspeito. Se for menina, deve evitar falar alto para não parecer barraqueira, e precisa andar sempre muito bem arrumada, causar boa impressão. Essas crianças acabam sendo estimuladas a se retraírem, e desenvolvem comportamentos antissociais, baixa autoestima, isolamento, etc.

Vale ressaltar também que todas as pessoas negras, independentemente da idade, sofrem com as mesmas estruturas racistas, e esses comportamentos de negação do próprio corpo podem ser repassados de geração para geração. Algumas famílias nunca desenvolvem identidade suficiente para enxergar a própria beleza, e nem muito menos conseguem repassar isso para os filhos. Quando não há um respaldo adequado à realidade da criança negra, muitas vezes, ela acaba idealizando uma identidade branca, que é incompatível com seu corpo. A criança pode perceber a presença hegemônica eurocêntrica e estimá-la.

A cultura e valores brancos podem ser vistos como algo a ser conquistado. Já que, como já apontado neste livro, a maioria da população que ocupa lugares de destaque em nossa sociedade, é branca. Por isso, a luta antirracista também contempla as demandas da infância e se faz necessária desde os primeiros dias de vida da pessoa negra.

A atuação do movimento negro tem sido de extrema importância em conquistas valiosas, principalmente no setor da educação, como a Lei 12.711/2012, que instituiu a política de cotas para ingresso em cursos superiores, que gradualmente tornou possível o

acesso de estudantes negros às maiores universidades públicas do país. Outra conquista marcante, que em 2020 completou 17 anos, foi a Lei 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino de História da África e Cultura Afrobrasileira nas escolas. Essa lei veio para romper com as práticas pedagógicas e didáticas centradas na cultura e história eurocêntrica, e trouxe mais referências e valorização da diversidade étnica brasileira.

Entretanto, existem problemas quando à efetividade da lei, e a falta de preparação dos profissionais para executá-la. Isso exige que a luta dos movimentos continue persistentes, sobretudo num contexto de retrocessos e falta de incentivo às questões raciais, que se iniciaram a partir do *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016, e se intensificaram após a instauração do governo Bolsonaro, em 2019. Ainda durante o governo interino de Michel Temer, houve o encerramento da Secretaria Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), uma das principais conquistas do Movimento Negro, que possibilitou a implementação da Lei 10.639 e outras políticas na área da saúde e educação.

Durante o governo Bolsonaro, o presidente adotou uma postura de desrespeito e desprezo à população negra. Prometeu acabar com a demarcação das terras indígenas e reverter as regularizações das terras quilombolas, além de reduzir as cotas raciais nas universidades. Bolsonaro declarou-se a favor da polícia militar, e não tomou nenhuma providência quanto às diversas mortes de crianças negras que ocorreram em ações policiais no Rio de Janeiro, no

mesmo ano em que assumiu a presidência. Esses são exemplos de retrocessos que afetam diretamente a população negra que vive nas piores condições de vida do país, e torna ainda mais difícil a luta do movimento negro. No entanto, essas lutas que ocorrem há mais de 500 anos não irão parar, seguirão resistindo para que meninas e meninos negros tenham seus direitos assegurados, começando pela escola.

“

A educação é um elemento importante na luta pelos direitos humanos. É o meio para ajudar os nossos filhos e as pessoas a redescobrirem a sua identidade e, assim, aumentar o seu autorrespeito. Educação é o nosso passaporte para o futuro, pois o amanhã só pertence ao povo que prepara o hoje.

”

MALCOM X

Foi um líder norte-americano, que lutou pelos direitos civis da população negra durante as décadas de 1950 e 1960.

CAPÍTULO 2

ENTRE OS MUROS DA ESCOLA

É o primeiro dia de aula de Andreia* em uma escola nova. Ela está animada, e ao mesmo tempo bastante nervosa. A 3ª série parece desafiadora, o conteúdo é novo, a professora é nova, os colegas são novos, o ambiente agora é organizado por fileiras, com carteiras coloridas e há um quadro branco, enorme, à frente. A expectativa é imensa para um ano repleto de novos aprendizados, amizades e experiências. No entanto, com o passar dos dias, a atmosfera da sala torna-se hostil. De repente, Andreia não se sente mais tão à vontade naquele lugar.

Em todas as aulas, os colegas riem de seu cabelo, cochicham entre si sobre seu nariz e lábios. Durante a Educação Física, ela é a última a ser escolhida para o time de futebol. Às vezes é colocada na reserva, às vezes prefere nem participar. O livro de ciências, sua matéria preferida, mostra crianças brancas felizes, com seus cabelos lisos, em meio à natureza. Todo mundo parece igualmente contente. Ela não entende o que há de errado, e prefere ficar quieta. Decide ignorar, e conta com que a professora tome uma providência.

Chega a hora do recreio, ela irá comer o lanche e depois brincar. Sabe que ficará sozinha mais uma vez. No entanto, as crianças surpreendentemente a convidam para brincar de esconde-esconde, e pedem que ela encontre um esconderijo. Começa a brincadeira. Andreia corre para trás da quadra de esportes e fica agachada. Passam-se alguns minutos, ela lembra que logo irá tocar o sinal para retornarem à sala, e até o momento ninguém a encontrou. Isso é ótimo! Talvez ela ganhe a brincadeira, e as crianças gostem um pouco

mais dela por isso. Ela continua na espreita, aguardando o momento certo para sair do esconderijo e ganhar o jogo. De repente, todas as crianças a encontram e fazem um círculo à sua volta. Uma das colegas adentra a roda com um desodorante spray na mão e aperta com toda força sobre a cabeça de Andreia. As crianças começaram a rir e gritar repetidas vezes “fe-di-da”, “fe-di-da”, “fe-di-da”.

Essa é uma das lembranças mais dolorosas que a enfermeira, de 32 anos, Andreia dos Santos Silveira* tem de sua infância. Na época, tinha apenas 8 anos e estudava em uma escola básica do município de Campinas, em São Paulo. Ela conta que as situações de preconceito na escola perpassaram toda sua infância, chegando à adolescência, quando começou a apresentar ainda mais dificuldades de aprendizagem e para se relacionar com outras pessoas. “A escola sempre foi um ambiente muito hostil para mim, aos poucos foi acabando com minha autoestima. Hoje eu percebo o quanto amava estudar, mas por vezes não tinha vontade de ir à aula, me sentia incapaz e cheguei a inventar para minha mãe que estava doente, com dor de barriga, só para faltar na aula”, relembra Andreia.

Muitas pessoas negras que compartilham de experiências semelhantes às de Andreia afirmam que a primeira vez em que tiveram contato com o racismo foi durante a infância, dentro da escola. Isso se deve ao fato de que vivemos em um país estruturalmente racista, e as escolas como uma instituição também está sujeita a reproduzir racismo. Por isso, existem tantos relatos de práticas racistas em seu ambiente que, às vezes, passam despercebidas pelos edu-

cadores. É deste modo que ocorre o chamado Racismo Institucional. Trata-se de uma concepção que naturaliza a discriminação racial e inferioriza o lugar do negro, além de favorecer as pessoas brancas. É algo que pode ser observado no modo como ocorrem as relações entre negros e brancos no espaço escolar.

No entanto, o colégio também é um lugar importante e necessário para a construção de identidades e valorização da pluralidade brasileira. A educação é fundamental e um direito de todos, assegurado pela Constituição brasileira. Nela consta, no Artigo 205, a seguinte afirmação: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Ou seja, a escola é uma ponte entre a criança e seu futuro. Ela prepara cidadãos e dá a oportunidade para que essas crianças construam não só uma carreira, mas também seu caráter. É um espaço onde convive-se com diferenças, e é oportuno para a valorização das pluralidades. A escola permite que crianças das mais diversas origens coexistam e interajam entre si. Ela tem o poder de repassar versões da história e cultura brasileira que irão contribuir para a formação da identidade das crianças. Porém, essa multiculturalidade brasileira ainda pode ser mais amplamente trabalhada nesse espaço.

É uma tradição na escola a supervalorização dos símbolos eurocêntricos e a invisibilização das demais culturas e histórias. A cultura afrobrasileira e a contribuição de homens e mulheres em diáspora para a totalidade do Brasil é tratada superficialmente, apenas abordando o negro como escravo. Além disso, também pode ocorrer a perpetuação de estereótipos negativos sobre a imagem das pessoas negras, e a propagação da falsa ideia de pertencimento do povo negro a lugares de baixo prestígio, como subservientes na sociedade.

Historicamente, a trajetória educacional da população negra no Brasil é caracterizada pela desigualdade que se iniciou no período colonial e se reflete na atualidade. A luta pelo acesso à educação ainda é pauta do Movimento Negro Unificado (MNU). Durante o Brasil Império, o acesso ao ensino era restrito a homens brancos da classe dominante, e voltado para a construção de identidades e costumes baseados nos moldes europeus.

Uma parcela da população negra, naquela época, foi alfabetizada de maneira informal. O Decreto nº 7.031, emitido em 6 de setembro de 1878, afirmava que apenas homens maiores de 14 anos, livres ou liberados, saudáveis e vacinados, poderiam frequentar a escola. Em outras palavras, a população negra, sobretudo as mulheres negras, eram excluídas dos projetos educacionais. Mesmo no século XXI ainda nos deparamos com uma série de iniquidades na educação. A população negra e pobre é a menos escolarizada e a que tem menos acesso à educação no Brasil. Em 2019, aproxima-

damente 3,6% das pessoas de 15 anos ou mais da cor branca eram analfabetas, enquanto na população preta (somatória de pretos ou pardos, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE) o percentual se eleva para 8,9%. Este levantamento é resultado de estudos trimestrais realizados pela Pesquisa Anual por Amostra de Domicílios Contínuos (PNAD-Contínua) e mostra avanços importantes na educação do Brasil de 2016 a 2019.

No entanto, percebe-se que, mesmo com as melhorias nos índices de educação, a desigualdade racial persiste. Os dados indicam que pretos e pardos possuem índices mais altos de distorção idade-série, reprovação e evasão escolar. Em relação ao nível de instrução, um indicador que capta o nível educacional alcançado por cada pessoa independentemente da duração dos cursos por ela frequentados, as pessoas pretas e pardas são as menos favorecidas. Esse indicador considera que, até os 25 anos, toda pessoa pode estar em fase de conclusão de seus estudos.

Segundo a análise, houve um crescimento de 46,2% para 47,4% na proporção de pessoas com idade de 25 anos ou mais que concluíram o ensino médio entre 2017 e 2018. Ao analisar o recorte por cor, a porcentagem de brancos chegou a 55,8%, enquanto a de pretos ou pardos alcançou 40,3%. Ou seja, a população negra neste quesito é menos instruída e com menos chances de concluir o ensino médio do que a população não negra. Observando os dados, é possível concluir que o acesso à educação tem melhorado significativamente, mas a permanência na escola é um desafio a

ser superado, sobretudo entre a população preta e pobre. Estas informações nada mais são do que exemplos do retrato do racismo estrutural no Brasil que contribui para manter as pessoas brancas em melhores condições sócioeconômicas e também educacionais. Essa disparidade fica ainda mais evidente em crises econômicas e sanitárias, como durante a pandemia de Covid-19, em 2020.

A propagação do coronavírus teve grandes impactos em todo o planeta. No Brasil, a crise agravou a desigualdade no sistema de ensino, principalmente entre alunos de escolas públicas e privadas. Aproximadamente 1,5 bilhões de estudantes ficaram temporariamente fora das escolas e creches, e passaram a receber aulas à distância. No entanto, as crianças e jovens de famílias carentes foram as mais prejudicadas, por não possuírem estrutura para acompanhar as aulas. Apenas 39% dos jovens negros, de 15 a 17 anos, afirmaram ter computador com acesso à internet em casa.

Essas informações foram coletadas pelo Observatório de Educação – Ensino Médio e Gestão em parceria com o Instituto Unibanco, publicadas em outubro de 2020, e mostram que, se antes, a taxa de estudantes negros que concluíam o ensino médio já era baixa em relação à de brancos, com a pandemia se intensificou. Apenas 63,5% dos jovens negros de 15 a 17 anos estavam matriculados no ensino médio até setembro do mesmo ano. Destes, 30% afirmaram que não pretendem retornar à escola após a pandemia. O racismo na escola, neste contexto de desigualdades, torna-se mais um fator

limitante, e mais um fator que contribui para o adoecimento psíquico de crianças e jovens — além de, desencadear uma série de dificuldades de aprendizagem e convivência social.

É complexo discutir a existência do racismo nas instituições escolares, pois é algo que ocorre de forma silenciosa ou é sustentado pelo mito da democracia racial. Esse ideal sustenta-se na concepção de que todos os brasileiros são iguais e, portanto, gozam de igual tratamento, constituindo-se como um obstáculo no combate ao racismo, pois nega sua existência e dificulta o diálogo entre os educadores sobre estas questões. O reconhecimento do racismo no espaço escolar é o primeiro passo da luta antirracista no sistema educacional.

A psicopedagoga Daniele Pereira, formada pela Universidade Federal Fluminense (UFF) em Niterói, no Rio de Janeiro, atua como voluntária na ONG Grupo Apoio ao Menor e também no consultório psicopedagógico do Espaço Multipensar, em São Gonçalo. Ela, juntamente a outras profissionais da área da Pedagogia e da Psicologia, realizam acolhimento de crianças com idade de 02 a 14 anos, oriundas de escolas públicas e privadas. No início de sua trajetória profissional, Daniele não trabalhava com as questões raciais, mas começou a perceber uma demanda por atendimentos mais específicos, a partir do momento em que passou a receber crianças, em sua maioria pretas, com reclamações de pais e professores sobre comportamento em sala de aula e dificuldades de aprendizagem.

Por diversas vezes, a psicopedagoga recebeu queixas, bastante comuns, sobre a possibilidade desses alunos negros terem Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou dislexia — problemas que afetam a desenvoltura e aprendizado dos alunos. No entanto, durante primeira etapa de avaliação, ela constatou que, na maioria dos casos, as crianças não poderiam ser diagnosticadas com estes distúrbios. “Estudando mais a fundo estes casos, pude notar que as crianças na verdade aprendiam com bastante facilidade, e havia algum equívoco na percepção dos professores sobre elas”, comenta Daniele.

Em um desses episódios, ela atendeu duas meninas, uma preta e outra branca, ambas matriculadas na mesma turma. Elas chegaram com a reclamação de uma professora sobre baixo desempenho nas aulas de Matemática. Em uma das atividades, ambas erraram a mesma questão, mas a professora as avaliou de forma distinta. Nas anotações que constavam no caderno da criança branca, a professora deixou um recadinho bastante singelo: “Você consegue, preste um pouco mais de atenção que você irá acertar da próxima vez”. Já no caderno da menina preta, a professora adotou uma outra entonação. Riscou a questão e anotou “Preste mais atenção!”.

Na percepção da psicopedagoga, essa forma de tratamento dissemelhante se reflete no comportamento das alunas em sala de aula, e é justamente o que causa o afastamento e desinteresse das crianças. “Essa distinção de tratamento é algo que ocorre de maneira natural, mas que deve ser percebida e evitada. As crianças que

sofrem com este tipo de tratamento sentem e entendem, da sua maneira, que estão sendo vistas diferente dos colegas de pele mais clara, e isso traz impactos no seu desempenho escolar”, afirma Daniele.

Essa distinção no tratamento dado às crianças, ocorre, muitas vezes de modo sutil, e nem sempre é percebida pelos próprios educadores. No entanto, são atitudes que podem ser observadas nas relações afetivas e em práticas comuns no cotidiano escolar, como quem é escolhido para ter o cabelo penteado, quem é colocado primeiro na fila, quem recebe mais elogios. Como explica Cintia Cardoso, professora da rede municipal de ensino de Florianópolis: “O branco costuma ser naturalizado como padrão de inteligência e beleza, e isso vai sendo reproduzido para as crianças desde a infância. Por isso, precisamos promover rupturas com estas ações cotidianas que têm implicação nas relações escolares”.

Cintia Cardoso, em sua tese de doutorado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), buscou observar e fotografar os diferentes espaços dentro da escola para entender como ocorrem as relações étnico-raciais nesse ambiente. O objetivo da pesquisa foi compreender a instituição pelo viés da branquitude, que é algo ainda incipiente nas discussões da educação. Branquitude trata-se da construção social de significados em torno da identidade racial branca, que numa sociedade racista concede vantagem racial às pessoas brancas. É necessário entender este conceito para discutir a relação e posicionamento dos educadores brancos na escola.

Adentrando o colégio, primeiramente Cintia observou o espaço da biblioteca e as literaturas disponibilizadas para os alunos. Ficou nítido que a maior parte dos livros era escrita por pessoas brancas e trazia protagonismos e histórias também brancas. Essa falta de material didático diversificado faz parte da metodologia pedagógica adotada pela escola e mostra um certo despreparo ou desconhecimento sobre a necessidade de se ter uma variedade de materiais didáticos que contemplem também as crianças pretas.

“Qualquer grupo racial precisa de representação positiva sobre si, sobretudo quando estamos falando de crianças de 4 a 6 anos que estão se constituindo. Elas precisam de referências positivas sobre o grupo racial ao qual fazem parte. Afinal, elas também pertencem àquele espaço. Mas como a criança negra irá se sentir pertencente àquele espaço se ela não está se vendo representada nos livros, nas imagens das paredes e portas?”, questiona Cintia.

Essa desvalorização de um grupo e supervalorização de outro também pode influenciar na percepção das crianças entre elas mesmas. Cintia explica que, uma vez que uma criança branca se vê continuamente representada em cartazes, livros, brinquedos, jogos, ela tende a acreditar em um favoritismo e atribuí-lo a suas características físicas. Por outro lado, as crianças que não possuem esta mesma aparência tornam-se preteridas nas brincadeiras, nos trabalhos em equipe etc.

Além disso, as crianças tendem a acreditar e reproduzir aquilo que acompanham dos adultos, pela mídia e, infelizmente, também absorvem o que veem no espaço escolar, quando ele não contempla as diversidades. “É perceptível uma negação de que as crianças não reproduzem aquilo que a própria proposta educativa reforça. Na escola fica evidente a preferência pelo padrão do branco como exemplo de humanidade, inteligência e beleza. Nessas imagens, a mensagem fica explícita, e as crianças brancas também percebem que elas ali estão tendo maior destaque”.

Outra prática muito recorrente, que pode ser observada na convivência entre as crianças, é o racismo recreativo. Esse tipo de discriminação trata-se de uma forma de opressão, no qual utiliza-se do “humor” ou a “brincadeira” como meio de justificar e encobrir a hostilidade racial. Este conceito é explicado por Adilson Moreira em seu livro *Racismo Recreativo*, que debate sobre quão prejudicial para a saúde das pessoas negras pode ser o preconceito “inofensivo”, implícito nas brincadeiras e praticado por pessoas próximas. Ou seja, algumas situações que ocorrem no ambiente escolar podem passar despercebidas, por serem ponderadas como “coisa de criança”. No entanto, os profissionais, quando possuem um certo grau de instrução sobre estas questões, conseguem identificar o racismo implícito e intervir nessas situações.

Há também a necessidade de diferenciação entre *bullying* e racismo, apesar de ambos serem as principais causas de insucesso e evasão escolar. O *bullying* é algo mais particularizado e relativo

a um comportamento consciente e intencional. Já o racismo é uma prática que precisa ser compreendida como estrutural e social, pois interfere na mentalidade das pessoas sobre um grupo racial específico. O racismo introjetado nas pessoas gera aversão em relação à cor, cabelo, traços de outra pessoa. A distinção entre as duas práticas se faz necessária, pois o *bullying*, muitas vezes, é utilizado como justificativa para não reconhecer que uma situação de discriminação racial existiu. E assim gera empecilhos no reconhecimento de situações de racismo dentro da escola.

Essas experiências de racismo vivenciadas diariamente nas escolas, que ocorrem desde brincadeiras a formas mais sutis, como a falta de representatividade no material didático e nas próprias pessoas que atuam na instituição, podem resultar em uma sensação de não pertencimento do aluno àquele espaço. A criança tende a evitar chamar a atenção, se retrai, e sua participação nas atividades escolares vai progressivamente diminuindo. A somatória desses desconfortos e constrangimentos podem contribuir também para o atraso da criança, reprovação ou até evasão escolar.

O abandono escolar é algo marcante entre o alunado negro. Em 2019, cerca de 20% dos estudantes, com idade de 14 a 29 anos, não completaram o ensino médio. Antes do final desse período, um grande número de pessoas abandonou a escola ou nem mesmo chegou a frequentá-la. Desse total, 27,3% eram brancos e

71,7% pretos ou pardos. Ou seja, 7 a cada 10 estudantes que não concluem o ensino médio são pretos ou pardos, segundo a Pnad Contínua - 2019.

O atraso escolar é outro fator preocupante, pois tende a acentuar a partir dos 11 anos. Entre os estudantes de 11 a 14 anos, a taxa ajustada de frequência escolar líquida aumentou para foi 87,5%. Destaca-se, novamente, a diferença por cor ou raça. Entre os brancos, 90,4% estavam na idade e série adequadas, mas entre pretos ou pardos a proporção diminui para 85,8%. Os principais motivos citados para a diminuição da frequência ou evasão do ambiente escolar são: trabalho (39,7%), falta de interesse (20,1%) e cuidar de pessoas ou afazeres domésticos (11,9%). Essa falta de interesse, sobretudo dos jovens negros, pode estar diretamente relacionada às situações de racismo vivenciadas diariamente na escola e à falta de representatividade no conteúdo didático e na metodologia de ensino dos educadores.

Diante deste cenário, o desafio para superar o racismo na escola é, primeiramente, reconhecer que a instituição também reproduz práticas racistas, mesmo que de forma inconsciente. Além disso, os profissionais necessitam de preparo para atuação cotidiana no combate às violências raciais e inclusão de materiais didáticos que fortalecem as identidades de todas as etnias e raças. É um trabalho em conjunto, que conta também com a participação de profissionais de áreas da Psicologia e Pedagogia. A presença dos pais e o

diálogo entre todos os envolvidos na educação da criança também possibilitam o enriquecimento do espaço escolar e torna-o mais acolhedor.

Mesmo com avanços, ao longo dos anos, a educação da população negra continua sendo uma pauta presente na agenda do movimento negro, visto que ela tornou-se um meio importantíssimo de romper com as estruturas racistas e dar a oportunidade e emancipação às crianças e jovens negros e pobres. Além de apresentá-los à possibilidade de construir um futuro próspero, seguindo carreira em quaisquer áreas que tiverem interesse.

Algumas conquistas, ainda que tardias, são fundamentais para a construção de escolas mais inclusivas e englobantes. Como a alteração da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para o Ensino de História, Cultura Africana e Afro-Brasileira (Lei 10°639/2003), que tornou obrigatório no currículo escolar o ensino de História da África e Cultura Afrobrasileira. Essa lei tem sido a base de apoio para ressaltar a importância de (desde os anos iniciais) ensinar as crianças sobre a influência da ancestralidade africana na construção histórico-cultural do Brasil e de sua identidade.

No entanto, ainda encontram-se dificuldades na devida aplicação da lei, principalmente no que diz respeito à postura adotada pelos educadores e as escolhas dos materiais didáticos feito pela escola. Para que a lei seja efetiva, de fato, os profissionais também precisam ser capacitados e abertos para atuar e conhecer novos conteúdos que abordem a questão do racismo. Além de participa-

rem ativamente no combate às práticas racistas no espaço escolar. Como a professora Allana Lettícia dos Santos, que desde os primeiros semestres de sua graduação em História, em que atuou em sala de aula, buscou levar uma didática mais voltada para as questões raciais.

Allana foi professora de estudantes de 6^a a 9^a ano da rede pública de ensino, em Feira de Santana, na Bahia. Ela conta que uma forma de ensinar aos alunos sobre a importância da cultura negra foi romper com o modo tradicional como a História é contada, sob a visão do colonizador. Passou a mostrar para os alunos os grandes reinos que existiram no continente africano e os líderes revolucionários que lutaram pelo fim da escravidão no Brasil. Como Nzinga Mbandi, rainha de Angola, que foi um dos maiores símbolos de resistência, que lutou contra a retirada forçada de angolanos de seu país.

Uma curiosidade sobre a história dela é que a capoeira e o samba, elementos tão representativos do Brasil, foram criados por povos africanos de língua bantu, onde Nzinga nasceu. “A gente precisa estar alinhado com a lei. Não adianta somente passar o conteúdo, se não promovermos uma mudança na didática. Falar sobre África e sobre os reis e rainhas africanos, traz referências para fortalecer a autoestima das crianças, que muitas vezes elas não tinham”, comenta Allana. Outra abordagem utilizada por ela para falar sobre racismo em sala de aula é uma dinâmica no qual pede para que os alunos escrevam apelidos pelos quais não gostam de

ser chamados. Depois, no quadro, Allana escreve todas as palavras e explica por que cada uma delas é ofensiva e pode machucar os colegas. “Faço isso para lembrá-los de que não tolero quaisquer ofensas racistas, machistas e homofóbicas. Afinal de contas, estamos formando cidadãos e queremos que eles saiam da escola conscientes de que todos merecem respeito”, afirma Allana.

No período escolar, as crianças estão em desenvolvimento e construção de suas identidades. Nesta etapa elas absorvem influências que veem a partir do olhar do outro, como já abordado neste livro. A construção da personalidade de todo ser humano perpassa o olhar do outro. E se o olhar é negativo, a concepção da criança sobre si mesma também tende a ser negativa. Por isso, fortalecer a autoestima dos alunos negros é uma das formas mais eficientes, apontada pelos educadores, para que a criança sinta-se confortável no espaço escolar, tenha capacidade de absorver os conteúdos e participar mais ativamente das atividades.

A psicopedagoga Daniele desempenha um papel fundamental que contribui com a luta antirracista nas escolas em que atua. Em seus atendimentos também utiliza métodos para fortalecer a identidade das crianças. Tanto na ONG, quanto no consultório, ela tem a oportunidade de auxiliar crianças com graves problemas de autoestima. Por isso, ensina os meninos e meninas a valorizarem seus cabelos, traços e corpos. Além de reforçar representações da cultura negra por meio de livros, jogos e filmes. “Se a criança recebe ofensas que falam que seu cabelo, sua pele, seu corpo são feios,

ela provavelmente irá achar que ser negro é ruim, e desejará não ser como ela é. Para enfrentar isso, precisamos de mais representatividade e que os profissionais sejam capacitados para atender estas demandas. É um dever nosso, enquanto educadores, ensinar às crianças que elas são importantes, para que elas se sintam bonitas e capazes de serem quem quiserem ser”, explica Daniele.

Sendo assim, é constante a luta pelo acesso à educação e também pela permanência de jovens e crianças na escola, já que muitas vezes elas só têm esse ambiente para desenvolver seus dons e aptidões. Para muitas crianças, principalmente oriundas das periferias, a escola funciona como uma segunda casa. É um ambiente onde elas encontram acolhimento e cuidados, e por isso, sua saúde mental e física também deve ser preservada nesse espaço. A educação liberta, abriga e abre portas para que meninos e meninas negros rompam com as estruturas que lhes são impostas, e tornem-se seres capazes de contar suas próprias histórias.

“ Os padrões de beleza são totalmente nocivos para a construção da autoestima da criança negra e por isso é importante outros referenciais, entender que pessoas negras também pensam o mundo e que fazem parte da construção da sociedade. ”

DJAMILA RIBEIRO

Mestra em Filosofia Política pela Universidade Federal de São Paulo, feminista negra, escritora e colunista na Folha S. Paulo.

CAPÍTULO 3

MENINOS NEGROS TAMBÉM QUEREM
SER HERÓIS

“Se ninguém entender, eu te ajudo a explicar”, comentou a professora do 1^o ano com Erick Bernardes, pai de Pietro, no dia em que a escola realizou um evento em comemoração aos 184 anos da Revolução Farroupilha, no Rio Grande do Sul. Os dois estavam preparados para uma série de olhares e questionamentos quando os outros pais e colegas vissem o pequeno Pietro todo gracioso vestindo uma curiosa fantasia de lanceiro negro.

Para o povo gaúcho, a Revolução Farroupilha é um marco da história muito significativo, valorizado, e que é comemorado todos os anos no dia 20 de setembro. A partir desta revolução, a identidade cultural dos sul-rio-grandenses e seus ideais de liberdade e igualdade foram estabelecidos. A existência e o patrimônio simbólico dessa época estão presentes nos nomes das ruas, comidas, costumes e músicas. As crianças desde pequenas recebem livros didáticos e brinquedos inspirados na história dos farrapos. É algo fortemente repassado de geração para geração, principalmente nos municípios localizados no interior e na fronteira com o Uruguai e a Argentina.

A força da cultura e história gaúchas é reconhecida em todo o Brasil, sobretudo com a criação dos Centros de Cultura Gaúcha (CTG), que mantêm vivas as tradições em diversas regiões do país. A Guerra dos Farrapos ocorreu em 1835, e é amplamente estudada e lembrada nas escolas. A participação de líderes como Bento Gonçalves e as suas batalhas travadas contra o Império são referências de resistência que o povo gaúcho carrega em suas raízes. No

entanto, há um grupo de combatentes que tiveram uma participação importante na revolução, mas que são pouco lembrados: os lanceiros negros.

Durante o século XIX, muitos escravizados trabalhavam nas grandes fazendas do Rio Grande do Sul, e no início das guerras não podiam participar dos confrontos. Com o passar do tempo, a força e agilidade dos homens negros tornaram-se necessárias nos campos de batalha, e sua presença passou a ser fundamental para atingir a tão estimada paz. Foi assim que surgiu a unidade militar composta por pretos livres ou libertos, os lanceiros negros, que tornaram-se guerreiros aliados aos farrapos, e assumiram a linha de frente dos conflitos. Eles lutavam a pé ou a cavalo e costumavam utilizar lanças de até três metros de comprimento para derrubar os inimigos. Dormiam em qualquer lugar, e ao invés do escudo, utilizavam uma espécie de poncho de lã para se defender de ataques e também para se proteger do frio. Como a história dos lanceiros foi ocultada, não sabe-se ao certo a quantidade de negros que participaram ao lado dos republicanos, ou a favor dos imperialistas.

A luta por emancipação econômica também era a luta pelo direito dos negros escravizados a fazerem parte das batalhas e se tornarem livres. Mas um episódio bastante controverso mudou totalmente os rumos da revolução. Em novembro de 1844, os lanceiros receberam ordens para, desarmados, montarem acampamento na

região de Porongos, onde situa-se o município de Pinheiro Machado. Durante a madrugada, as tropas imperiais invadiram o acampamento e massacraram todos os guerreiros.

O acontecimento ficou conhecido como “Traição de Porongos”. Alguns historiadores acreditam que a matança tenha sido motivada por uma conspiração entre os líderes republicanos e imperiais, que acreditavam que os lanceiros poderiam se rebelar, formar bandos e atrapalhar as negociações de paz, já que eles eram fortes e lutavam por sua independência.

Ao chegar com Pietro na escola, Erick já esperava os questionamentos, justamente por estar acostumado com a supervalorização de elementos tradicionais da cultura gaúcha como a bombacha, guaiaca, lenço e o chapéu — os quais optou por não utilizar na composição da roupa de seu filho. De certa forma, estes símbolos de grande força cultural contribuem para a invisibilização dos lanceiros negros e sua importante atuação nas frentes da guerra. “Meu filho foi vestido de lanceiro negro, para lembrarmos dos nossos representantes na Revolução Farroupilha. Porque aqui no sul é assim, existe predominância pela cultura italiana e alemã, mas estamos aqui para lembrá-los de que os negros também fizeram e fazem parte da história gaucha”, comenta Erick.

E não é só na Literatura e História que a população negra é invisibilizada. Mesmo em 2020, quando mais de 56% do povo brasileiro se autodeclara negro, a cor que ocupa maior destaque no mercado de trabalho, política e, principalmente, na mídia, é branca.

Os negros continuam sendo menos escalados para papéis de protagonismo, e quando são chamados, ocupam funções secundárias e clichês de empregadas domésticas, motoristas, garotos de rua etc. Ao contrário do que pode parecer, não contribuem para mostrar a realidade, mas, sim, para reforçar uma inferioridade negra.

A ausência ou baixa presença de pessoas negras nas novelas, publicidades, telejornais causa impactos na população, pois a mídia tem grande poder de influência, transformando e moldando a cultura e o imaginário social. Neste contexto, a representatividade torna-se mais uma pauta dentro do movimento negro, que busca mais protagonismo de pessoas pretas. Ver-se representado na televisão é algo fundamental, que contribui para se combater práticas racistas que afetam a saúde mental das pessoas negras, e principalmente é importante para as crianças.

Falar sobre representatividade é muito mais do que apenas defender o lugar dos negros em todos os lugares de poder e influência. É entender que todo e qualquer sujeito precisa de referências compatíveis com suas características físicas e comportamentais para o entendimento sobre si mesmo e seu lugar de pertencimento no mundo. A formação da identidade, a autoestima e a subjetividade das crianças também são atravessadas por estas influências midiáticas, e por isso, merecem atenção especial.

Um estudo chamado *TODXS – Uma análise de representatividade na publicidade brasileira*, realizado pela agência publicitária Heads, em parceria com a ONU Mulheres, analisou 2.999 comer-

ciais de TV e 846 posts no facebook, a fim de mapear a representação de gênero e raça nas mídias. As informações coletadas para a 8ª onda foram feitas durante a última semana de fevereiro de 2019, e mostraram que entre 27% dos protagonistas de TV, 73% eram brancos e 22% negros. Em relação ao protagonismo feminino, 70% das atrizes eram brancas e 17% negras. Ou seja, independente do gênero, a participação de pessoas negras nos comerciais de televisão é sempre desproporcional, e se restringe à figuração ou papéis de coadjuvantes.

Em comparação à 7ª onda (julho/2018), o protagonismo feminino negro caiu 8 pontos percentuais, uma piora de 32%. Já para o protagonismo masculino negro, houve um aumento de 9 pontos percentuais, representando uma melhora de 23% em relação à onda anterior. Na 7ª onda eram 75% brancos e 13% negros. Outra constatação interessante neste estudo é que a participação de negros como protagonistas só ocorre quando dividem cenas com pessoas brancas. Já o contrário não acontece. Pessoas brancas protagonizam sozinhas boa parte dos comerciais brasileiros.

Quanto ao padrão de beleza predominante, mesmo após um histórico de queda na participação de pessoas com cabelo liso, nas edições anteriores, e ascensão do cabelo ondulado, o liso voltou a liderar como o tipo de cabelo mais frequente entre as protagonistas de TV. As porcentagens foram de 54% lisos, 21% ondulados, 1% cacheado e 14% crespo. A conclusão feita pela *Heads*, ao final do

relatório, é que 39% dos comerciais exibidos na televisão contribuem para o empoderamento negro, enquanto 21% das propagandas reforça estereótipos racistas

A *Heads* acredita que a reprodução de estereótipos e baixo elenco negro na publicidade são reflexo da falta de diversidade nas equipes de criação e da superficialidade com que o assunto é tratado nas agências de publicidade. “A publicidade tem reforçado racismo, discriminação e preconceito, contribuindo para aprofundar as muitas desigualdades da nossa sociedade. Continuamos invisibilizando uma raça que representa mais da metade da população. Isso é racismo, isso é uma ofensa, isso é um tipo de violência”.

Representatividade, segundo o dicionário online “Dicio” (2020), é a qualidade de alguém, de um partido, de um grupo ou de um sindicato, cujo embasamento na população faz que ele possa exprimir-se verdadeiramente em seu nome. O conceito deste termo é bastante amplo, mas tem sido muito utilizado em discussões que abordam a importância da representatividade e para o que ela serve. É algo que deixou de corresponder apenas à expressão dos interesses de um grupo, nação, ou lugar, e tornou-se uma base fundamental para a formação da identidade e da subjetividade das pessoas. Esse é, portanto, um processo iniciado na infância, quando a criança passa a absorver e internalizar o que vê e ouve.

Para as crianças, é muito importante ter em quem se espelhar, e já que serão influenciadas por conteúdos midiáticos, precisam se ver representadas positivamente, por personagens, atores, artistas,

músicos etc., por quem seja parecido com elas. Isso trará o entendimento sobre ela mesma, quem ela é, qual seu lugar na sociedade e em quem ela pode se inspirar para construir sua identidade e seu futuro.

Foi pensando nisso que as designers Diane Liszt Gonçalves Nunes e Maryana França Ahlert deram vida à personagem Ana Curiosa, uma menina pretinha muito simpática e inteligente, que por meio de conteúdos didáticos ensina às crianças, de forma lúdica, sobre Design. O projeto que começou como um trabalho acadêmico das idealizadoras no Instituto Federal Fluminense (IFF), no Rio de Janeiro, tornou-se realidade após três anos de pesquisa e diálogo com mais de 50 crianças de diversas escolas. Em julho de 2020, foi lançado o primeiro livro, *Ana Curiosa e as Formas*, publicado pela editora Pébola Casa Editorial, que recebeu aprovação de muitas crianças e pais.

“Nós queríamos uma personagem com características brasileiras, que melhor representassem nossa nação. A falta de representatividade era algo que me incomodava muito. Por isso, ouvimos crianças sobre o que elas queriam ver nesse projeto. Percebemos, nos olhinhos e em suas falas, que elas realmente precisavam de uma personagem preta que falasse sobre Design de forma lúdica, ensinando a desenhar, montar e com muita atenção ao meio ambiente. Então, tivemos o cuidado de que todos os detalhes fossem pensados do modo como eles queriam”, explica Diane.

O projeto também possui a “Embaixada da Ana”, que é uma forma de apoiar meninas de 3 a 12 anos, de todas as regiões do Brasil, como *mini-influencers* digital. “Nós damos suporte para que as meninas utilizem seu lugar de fala dentro e fora das redes sociais e prestamos este auxílio para que elas produzam seus próprios conteúdos, e inspirem outras ‘Anas’. Queremos que elas sejam representadas e valorizadas da forma que elas sempre deveriam ser”, explica Diane.

Toda criança tem um super-herói ou personagem de desenho favorito, e por mais que sejam fictícios, na vida real eles causam impactos no imaginário infantil. As crianças os admiram, se inspiram neles, e os levam consigo como se fossem parte de suas vidas. E isso é saudável do ponto de vista psíquico, como explica a psicopedagoga Daniele Pereira. “Ter boas referências ao longo de seu desenvolvimento faz com que a criança torne-se mais proativa e motivada nas atividades do seu dia a dia. Ela precisa brincar, e esses brinquedos e desenhos quando compatíveis com seus corpos, auxiliam na percepção de sua própria identidade. É importante ter alguém que a inspire para que sua autoestima esteja sempre elevada e ela se sinta capaz de realizar seus sonhos”

O ano de 2020 foi bastante conturbado e trouxe uma perda dolorosa para os fãs de Pantera Negra, com o falecimento do ator Chadwick Boseman, que interpretou o rei de Wakanda T’challa, nos cinemas. Sua morte precoce, em decorrência de um câncer de cólon, aos 42 anos, comoveu a todos, mas principalmente as crianças. Para

elas, o ator era uma das maiores referências de atuação como super-herói negro. Em um vídeo que circulou na internet, o menino Kian Westbrook, de 7 anos, morador do Missouri, nos Estados Unidos, aparece aos prantos lamentando a morte do ídolo. “Ele era um bom exemplo para mim e para os meninos negros porque nos fazia saber que meninos negros podem ser heróis também”, disse o garoto em entrevista à CNN.

O personagem é uma referência que os próprios pais gostam de mostrar para os filhos. Erick Bernardes conta que sempre comprou brinquedos que contemplassem as características físicas do filho, por isso, o Pietro tem versões negras de super-heróis como o Batman e Superman. O Pantera Negra também é um personagem que ele admira e acha importante que o filho conheça. “Apesar dele não ter assistido o filme Pantera Negra, que preferimos deixar para quando ele estiver maior, ensinamos a ele sobre quem é esse herói e a importância dele. Nós compramos máscaras, brinquedos e ensinamos para ele a famosa frase “Wakanda Forever”. A gente foi falando essas coisas para ele e ele foi gostando”.

Enquanto os filmes, séries e desenhos animados avançam no quesito representatividade, a publicidade continua deixando a desejar mesmo nos canais voltados para o público infantil. A agência *Heads* acrescentou mais um recorte em suas análises publicitárias: o *Discovery Kids*, líder de audiência entre as crianças, e um dos 10 canais mais assistidos da TV por assinatura em 2019, segundo dados do Kantar Ibope Media.

Ao longo de três dias, em fevereiro de 2019, foram observados 150 comerciais exibidos pelo canal. Nesta análise, destaca-se a total ausência de meninos, adolescente e homens negros nas propagandas veiculadas no *Discovery Kids*. Todos os 43% dos comerciais com protagonistas masculinos, foram representados por brancos. Entre o público feminino (25%), a porcentagem foi de 59%, meninas, adolescentes e mulheres brancas, 34% etnias variadas e apenas 6% negras. Novamente a presença de negros como protagonistas só ocorre quando há pessoas de outras etnias na mesma cena. Nesse contexto, a conclusão feita pela *Heads* é que 31% dos comerciais contribuíram para o empoderamento infantil, e 20% continuam reforçando estereótipos.

Segundo o estudo da *Heads*, para que uma propaganda tenha o potencial de empoderar, ela precisa de um sujeito (negro ou mulher) como protagonista da situação, que demonstre algum talento, eleve a autoestima e tenha liberdade de escolha. Por outro lado, os fatores que contribuem para a estereotipação de gênero e raça são: ausência de diversidade racial, machismo, padrões de beleza e hiperssexualização.

A análise histórica do estudo da *Todxs* aponta para a consolidação de conquistas na propaganda: mais conteúdos que empoderam do que estereotipam, mais peças onde há diversidade de etnias e apesar de oscilações na presença de negros protagonistas, chegamos à 8ª onda, que atingiu o melhor patamar, melhor desde as quatro edições anteriores. No entanto, ainda é necessário continuar

defendendo o protagonismo negro em todos os espaços. Afinal, a representatividade é uma ferramenta efetiva no enfrentamento ao racismo, que ajuda a estabelecer referências positivas e a quebrar o racismo estrutural.

Embora a publicidade ainda esteja avançando em direção à igualdade racial no processo de produção, a Internet tornou-se um meio para os negros terem o direito independente de produzir um conteúdo que atenda às suas necessidades. Existem diversas blogueiras, *influencers* e *youtubers* que fornecem materiais ricos e representativos para o público negro de todas as idades. Como a criadora de conteúdo digital Xan Ravelli, do canal *Soul Vaidosa*. Em seu canal no *youtube* ela produz vídeos sobre beleza, saúde mental, militância e família negra, para mais de 60 mil inscritos.

Em um de seus vídeos sobre representatividade e proporcionalidade, ela fala sobre o quão naturalizada é a ausência de pessoas negras em espaços de prestígio social. “Hoje em dia, quando eu chego no lugar e minha cor é a minoria, o que eu mais escuto são elogios sobre meu cabelo, minha pele e minha família. Mas essa falta de naturalidade para lidar com minha estética é o que me incomoda. Quando eu estou ocupando um espaço onde as pessoas não estão acostumadas a me ver, elas ficam sem reação. E isso nos mostra a necessidade de mais representação”, comenta a influencer.

Quando um negro é colocado em posição de destaque, mostrando sua beleza, intelectualidade e contando sua própria história, os padrões “socialmente aceitos” são rompidos. No entanto, a ques-

tão da proporcionalidade é muito importante, pois a população negra é muito plural. Estima-se que exista mais de cem tons de peles negras, por isso, a multiplicidade da população negra precisa ser respeitada e ter mais abrangência.

A mídia de massa com ampla influência nacional pode ajudar a quebrar a normalização da escassez de negros em lugares de destaque. Os negros precisam estar em evidência, em todos os setores, e falando sobre assuntos variados, pois também são profissionais atuantes em diversas áreas. Somente assim, será possível rever os estereótipos pré-estabelecidos, até acabar com eles, e proporcionar aos meninos e meninas negras referências positivas que as inspirem a ser grandes profissionais e atuarem em qualquer cargo que quiserem.

“
*A gente não nasce negro, a gente se torna negro. É uma
conquista dura, cruel e que se desenvolve pela vida da gente a fora.*
”

LÉLIA GONZALEZ

Intelectual, política, professora, antropóloga e escritora brasileira. Foi precursora dos estudos sobre gênero, raça e latinidades no movimento feminista.

CAPÍTULO 4

O DIA EM QUE NOS TORNAMOS NEGROS



Este capítulo contém relatos sensíveis e reais de pessoas que foram vítimas de racismo, de modo verbal e psicológico.

Como teria sido nossa infância sem os atravessamentos do racismo? Será que a nossa personalidade seria diferente se nossa cor fosse branca?. São questões difíceis de imaginar. Um passado sem presença da discriminação e desigualdades raciais que as moldam e as perseguem ao longo de toda a vida é totalmente inconcebível. A realidade e a história estão feitas, não há como mudar. Restam as lembranças, quase sempre dolorosas e prontas para emergir no momento em que essas crianças chegarem à vida adulta e se “tornarem negras”.

Como explica a psicanalista Neusa Santos Souza em seu livro *Tornar-se Negro*, há um momento em que o negro precisa tomar conhecimento sobre sua negritude e seu lugar de pertencimento na estrutura social em que ele está inserido. Sendo assim, o negro necessita tomar posse dessa consciência, e tomar posse de uma nova consciência que assegure o respeito às diferenças, e que reafirme uma dignidade alheia a qualquer nível de exploração. Assim, ser negro não é uma condição dada, *à priori*, é um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro (SOUZA,1983).

MIRÊ

Mirê Chagas ou “Jueny” para os mais íntimos. Preta, de 26 anos, nascida e criada na Vila Floresta, zona norte de Porto Alegre. Autônoma, empreendedora e futura assistente social. Carrega em

seu corpo, sua pele, seus olhos, seu nariz e nos icônicos *dreadlocks*, toda a ancestralidade afrobrasileira, a qual por muito tempo não soube que tinha. É dona de uma pequena empresa, chamada *Rueny Black Roots*, que eleva a “afroestima” dos pretos, como costuma dizer. Recebe clientes de toda Florianópolis no salão de beleza improvisado em sua casa.

A semana sempre começa muito corrida, estudos e trabalho são a dedicação da estudante de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Mesmo durante a pandemia, o “corre” não para. Conversamos ao longo de uma semana, via *whatsapp*. Essa foi a melhor opção de comunicação que encontramos para realizar nossa entrevista, em respeito às normas de segurança e distanciamento social, adotadas durante a pandemia da Covid-19. Infelizmente, não nos encontramos pessoalmente. Fiz algumas perguntas e aguardei pelas respostas. Mirê é uma pessoa super comunicativa e engajada com ações do movimento negro de Florianópolis. Desde o início, mostrou-se interessada em contribuir para a discussão, quel eu estava propondo. Me disse ter vários relatos de sua infância e adolescência, no entanto, eram memórias muito delicadas e difíceis de serem lembradas. Respeitei seu tempo e sentimentos e aguardei as respostas ansiosamente.

Segunda-feira, 10h07 da manhã, chega a mensagem: “Falar da infância é um pouco delicado. Nossas vivências de infância e adolescência moldam as atitudes que temos quando adultos. Isso nos faz, de fato, um pedacinho de quem nós somos e de nossa per-

sonalidade, sobre nossos anseios, angústias, medos e realizações”. Fez todo o sentido para mim essa afirmação. De fato, o passado é o fio condutor de muitas de nossas atitudes, justamente por ser algo difícil de nos desvencilhar.

Na tela do *whatsapp*, continua a informação de que ela estava digitando. Aguardei as mensagens seguintes. Seus relatos me pareceram tão verossímeis que eu não poderia deixar de ouvi-los. A história de Mirê era realmente longa e exigiu igualmente uma longa conversa, que durou três dias. Eu gostaria tê-la realizado presencialmente. Acredito que assuntos sensíveis como este merecem um olho-no-olho e demonstrações de empatia, que o jornalismo me permite ter. Dada a condição em que estávamos, me restava apenas ouvi-lá, ou melhor, lê-la. Perguntei sobre sua infância e as primeiras vezes em que foi vítima de discriminação racial. Ela me respondeu que teve uma infância tranquila, mesmo sendo uma criança negra criada no sul do Brasil, com dificuldades e vulnerabilidades sociais.

Mirê foi educada por uma família matriarcal. Os pais se separaram em 1998, quando ela tinha 4 anos. A mãe foi obrigada a trabalhar para sustentar a casa, e ela, com apenas 5 anos, ficava responsável por cuidar dos dois irmãos, um 6 de anos e o outro de 8 meses. As recomendações eram deixadas por escrito: arrumar o lar e fazer comida. Quando sobrava tempo, aproveitava para brincar no pátio de casa sozinha ou com os irmãos. Havia um certo receio

da família, de o pai repentinamente aparecer e roubar as crianças. Por isso, a mãe de Mirê deixava avisado na escola para que, em circunstância alguma, as crianças fossem entregues ao pai.

Conforme foi crescendo, Mirê foi se descobrindo uma criança com algumas peculiaridades. Gostava de brincar sozinha, com seus brinquedos. Criava um mundo de fantasia com personagens, que ela interpretava independente do gênero. Acreditava que só assim, brincando sozinha, poderia ser ela mesma. Passou a gostar de brinquedos considerados “de menina” e usar roupas femininas. Fazia tudo escondido, para não ser repreendida pela mãe. Colocava lenços na cabeça e imaginava ser uma menina com longos cabelos. Esses momentos marcaram sua infância. “Eu sempre admirei muito o feminino! Minhas personagens favoritas, nos videogames, sempre foram as heroínas. Mulheres guerreiras, que tinham poderes. E hoje eu sei que, ser um corpo negro, trans e feminino nessa sociedade, demarca muito as vivências de nossas vidas”.

Esses comportamentos e a preferência dada a objetos, roupas e brinquedos “femininos” foram sendo sutilmente desaprovados. Sua mãe optou por sempre manter cortados os cabelos de Mirê e dos irmãos. Até sua adolescência ela não sabia como era a verdadeira textura de seu cabelo, se era ondulado, cacheado ou crespo. “Até hoje eu não sei se ela fazia isso por conta do preconceito que tinha, por ser mestiça, vir de uma família bem miscigenada, ou para evitar que pegássemos piolhos, como ela alegava”.

Seguimos a conversa, e Mirê chegou nos relatos do período escolar. Uma época, inclusive, em que muitas pessoas afirmam ter tipo as primeiras experiências de racismo na infância. Com ela não foi diferente. Embora tivesse que brincar escondida, sua casa ainda era o ambiente mais confortável para se divertir. Já na escola, o comportamento mudava. A lembrança mais remota que tem é de sofrer racismo pela primeira vez aos 4 ou 5 anos, quando estava no Jardim A, série inicial da educação infantil. Um coleguinha de pele branca, olhos azuis, que era o preferido das professoras, disse para outro colega: “Não vou brincar com esse negro”, referindo-se à Mirê. Mesmo sendo muito nova, essa frase a impactou de um jeito difícil de descrever. “Isso me afetou muito na época, mas eu não entendi o que estava acontecendo. Só hoje consigo perceber o quanto me fez mal”, relembra.

Depois disso, os episódios de racismo e as lembranças foram ficando ainda mais nítidas. Conforme avançavam as séries escolares, os apelidos iam se modificando. “Com o passar dos anos, eu sofria de obesidade infantil e isso é um outro fator que impulsionou muito mais sobre minhas inseguranças enquanto uma criança, preta e gorda”. Por conta de suas características físicas, recebeu diversas denominações, que normalmente a comparavam com outras pessoas negras, como os cantores Tim Maia e Sean Kingston, que são homens negros e gordos. Esse apelidos eram levados na brincadeira, e são um exemplo nítido de como o Racismo Recreativo funciona. Mesmo

rerindo-se a artistas consagrados, os apelidos eram carregados de uma conotação negativa e estereotipada sobre a aparência física deles.

Aos 11 anos, Mirê foi matriculada em uma escola militar. E essa, segundo ela, foi uma das fases mais difíceis de sua vida. Colégios deste tipo são famosos pelo tratamento rígido e o modo como disciplinam os alunos. Uma aparência padronizada, cabelo curto, roupas lindas e comportamento exemplar são exigências básicas para permanecer no espaço escolar. Nessa época, a mãe de Mirê passou a trabalhar de babá na residência onde moravam, e por não haver um espaço adequado e tranquilo para estudar, o rendimento escolar dela decaiu. “Na escola militar, estudando com muitos brancos e ricos, eu era um pouco excluído. Acho que o meu jeito de ser, falar alto, estar sempre sorrindo, causava um certo estranhamento nos outros alunos, pois era um jeito diferente de como a branquitude se comportava”.

As exclusões por parte dos alunos se estenderam para além da escola. Quando realizavam festas, Mirê não era convidada e ficava de fora dos assuntos durante a semana de aula. Para se adaptar, passou a se reunir com outros alunos menos populares, em sua maioria brancos, que eram considerados um “problema” no colégio militar, pelo não cumprimento das regras exigidas. “Eu era uma chacota para grande parte dos meus colegas, por ser um corpo gordo, negro, diferente da maioria de lá. Ao longo da adolescência, também foi aflorando a minha sexualidade, e isso me trouxe proble-

mas. Logo após uma briga com um colega, na qual o mandei para a enfermaria, só aí passei a ser respeitada, minimamente, dentro daquele espaço”.

Até aquele momento, mesmo sabendo que era preterida e tratada diferentemente das demais pessoas, Mirê ainda não tinha entendimento de que suas vivências eram causadas por algo muito maior do que ela imaginava. Aos 13 anos ocorreu uma das situações mais tensas de sua vida. Ela e uma amiga estavam passeando no bairro Vila Floresta em dia de *Grenal*, um jogo clássico de futebol entre os dois maiores times do Rio Grande do Sul: Grêmio e Internacional. Em dias de *Grenal*, os torcedores ficam enlouquecidos. É gritaria, briga, buzina, e muitas ofensas.

Na ocasião, um dos torcedores do Grêmio estava na janela comemorando a vitória do time e viu quando Mirê passou com a amiga. Ao avistá-la, começou a gritar repetidas vezes: “chora macaco!” “chora macaco!”. “Ele gritava olhando pra mim, com ódio nos olhos, ‘chora macaco!’ repetindo a frase sem parar. Eu notei que ele se dirigiu somente a mim, e provavelmente ignorou a presença da minha amiga, por ela ser branca. O mais engraçado é que nós duas também éramos gremistas, e não entendemos nada”.

Só mais tarde, depois de adulta, Mirê foi entender que havia sido explicitamente discriminada pelo torcedor, que independente de saber ou não qual era o time dela, estava interessado em ofendê-la. “Fique sem entender, porque sou uma pessoa de pele mais clara e na época as pessoas costumavam dizer que eu era ‘café com

leite'. Depois disso, conversei com minha tia (a irmã branca do meu pai) sobre o ocorrido, e ela me contou a história do Internacional de Porto Alegre, o colorado — time para o qual eu torço hoje — que só existiu por conta do racismo gaúcho do Grêmio em não aceitar jogadores pretos”.

Essa experiência de Mirê não foi um caso isolado. A torcida do Grêmio é conhecida, nacionalmente, como uma das mais preconceituosas do Brasil, por terem torcedos envolvidos em diversos episódios de discriminação racial. Em 2014, uma torcedora gremista foi flagrada pela transmissão do jogo contra o Santos, na Copa do Brasil, chamando o goleiro Aranha de “macaco”. A imagem repercutiu em todo o país e levantou discussões importantes acerca da postura racista adotada pelos torcedores do Grêmio há muitos anos. Após os episódios, o clube passou a realizar campanhas para acabar com o comportamento discriminatório enraizado na torcida.

No entanto, para Mirê, essa situação sempre permanecerá em sua história, porque foi naquele momento em que ela “se tornou negra”. O acontecimento lhe trouxe várias perguntas sobre si mesma, sua cor de pele e o motivo pelo qual o torcedor direcionou os xingamentos apenas a ela. “Eu tenho isso na minha cabeça até hoje, pois até então não me entendia como uma criança negra. Ali, ficou nítido pra mim que eu não era nem um pouco parecida com os meus amigos, a maioria brancos, porque eu não brincava muito com as crianças pretas da vila. Elas eram vistas como ‘largadas’ e minha mãe não queria essa impressão sobre a gente”.

Depois disso, Mirê começou a buscar entender quem ela era, mesmo que não fosse com tão afinco como depois de adolescente. Quando passou a estar mais presente entre os amigos LGBTQIA+, ainda assim era chamada por apelidos com as mesmas conotações de sua infância e adolescência: Alcione, Preta Gil.

“Após ter sido chamada de ‘macaco’ pelo torcedor, eu comecei a entender melhor que eu era uma pessoa não branca, pois o fato de ter a mais pele clara, no sul do Brasil, influenciou muito na minha construção do que é ser negro. E isso dificultou meu entendimento sobre meu corpo negro e o porquê de nós estarmos às margens da sociedade. Eu acabei sofrendo com algo, que, na época, eu nem sabia o que era, nem sua dimensão”.

Hoje, Mirê tem plena consciência de que todas as histórias relatadas foram atos explícitos de racismo e dos impactos que causaram em sua vida. Todas elas deixaram marcas profundas, que lhe trouxeram angústias, inseguranças, medos, carências, inclusive em sua vida pessoal e afetiva. “Tenho medo de me entregar amorosamente, pois já fui muito magoada e preterida. O medo e a insegurança de ser trocada por qualquer pessoa branca — algo que já aconteceu muito —, me fizeram não aceitar migalhas, e muitas vezes, prefiro não construir relacionamentos sérios”.

A somatória de seus marcadores sociais, enquanto mulher transgênero, preta e gorda, foram definindo sua personalidade e o modo como é vista por outras pessoas. Ainda na adolescência, quando estava descobrindo sua sexualidade, se apaixonou por um

garoto, com quem desejava ter um relacionamento afetivo. Em uma ligação telefônica, após declarar-se para ele, recebeu a resposta: “Não podemos ficar juntos, será estranho. Eu sou branco e você, negra. Sou rico e você, pobre. Sou gostoso e você, gorda. Não dará certo”.

As memórias dolorosas e suas consequências na vida de Mirê são persistentes, e ela sabe que deve procurar ajuda de psicólogos para lidar com esses problemas causados pelo racismo que sofreu na infantil e adolescência. Porém, afirma ter dificuldade de acesso a esses serviços, o que é comum entre as pessoas negras. O contato com profissionais da área de Psicologia por meio do sistema privado é caro, e demorado para ser feito pelo sistema público de saúde.

Nesse sentido, ela busca outras maneiras de lidar com os traumas, ora conversando consigo mesma ou com pessoas que compartilham das mesmas experiências, ora busca a luz de seus orixás em terreiro, nas religiões de matrizes africanas. “Está cada vez mais difícil lidar com a força de meus pensamentos, questões, transições e autocríticas, sozinha. Mas acredito que um dia conseguirei administrar meus comportamentos, provenientes dos traumas e situações racistas, machistas e homofóbicas que passei. Por agora, sigo conversando comigo mesma, me olhando no espelho. Faço minhas autocríticas, me conecto com a natureza, trabalho e estudo. Continuarei sempre persistindo e acreditando em mim.”

LUÍS

Quando somos crianças, tudo o que queremos é fazer parte de algum grupo. Ter amigos, nos destacar, e ser alguém de quem as pessoas gostam e querem por perto, é o que nos faz sentir bem nos espaços que ocupados. No entanto, nem sempre conseguimos nos encaixar e fazer parte dos núcleos que nos cercam. A sensação de estar sempre deslocado é difícil de ser explicada por quem sofre, mas é algo muito recorrente na infância das crianças negras.

É assim que a história de Luis Santos Gama* começa. Criado na periferia da Grande São Paulo, sempre teve a presença dos pais e mais cinco irmãos (três meninos e duas meninas). De todos, ele é um dos que tem a pele mais clarinha. Seu cabelo é cacheado e o nariz largo, evidenciando os genes que herdou do pai, negro retinto. Já em seus primeiros meses de vida, o fato de ter a pele mais clara preocupava a família. “Eu sei que isso é uma coisa que incomodava meus pais. Lembro de uma insegurança recorrente deles: a de que eu fosse roubado de minha mãe. Pois, mesmo meu tom de pele sendo mais claro, minha mãe entendida como branca, isso poderia confundir as pessoas”.

No Brasil, há um fator baseado na tonalidade das pessoas, que é determinante no quanto ela sofrerá racismo: o colorismo. Ao contrário dos Estados Unidos, onde o preconceito é ligado à origem, e leva em consideração o grupo ou comunidade em que a pessoa

está situada, no Brasil o preconceito é de marca. Ou seja, ocorre de acordo com a aparência física, independente da ascendência do indivíduo, mas considera a cor da pele, tipo de cabelo e fenótipos (nariz, boca e outros traços).

O colorismo ou “pigmentocracia” é, segundo um artigo publicado no portal Blogueiras Negras, um conceito criado para evidenciar o modo como o racismo é praticado, distintamente, de acordo com a variação de tons de pele. Quando mais melanina tiver a pessoa, mais ela será vítima de discriminação racial. Enquanto as pessoas de pele mais clara serão mais aceitas socialmente. É algo comum em países miscigenados, onde houve colonização européia. Vale ressaltar que, características físicas como nariz largo, lábios grossos e cabelos crespos também reforçam as chances da pessoa sofrer discriminação.

Enquanto pessoas negras retintas apresentam mais dificuldade de aceitação e acesso aos espaços sociais, os negros de pele clara têm dificuldade de se autodeclarar pertencente a algum grupo racial. Isso explica, por exemplo, porque algumas pessoas negras passam a vida inteira sem saber a que grupo racial pertencem. Negros de pele clara têm essa tendência de se sentirem não-pertencentes a nenhum grupo, e essa é uma questão muito interessante que o estudante de Psicologia, Luís, trouxe em seus relatos.

Nossa conversa foi um pouco tímida, apesar de ele estar bastante interessado em falar sobre o assunto, Luís pediu para que conversássemos por mensagens escritas. Não foi um problema, respeitei

sua escolha e tentei conduzir a conversa da forma menos invasiva possível. Decidimos por utilizar um nome fictício para preservar a identidade dele, já que muitas das situações relatadas ocorreram por parte de pessoas de seu círculo de convivência.

Cheguei até ele por meio de um grupo no facebook chamado “Resistência contra o Racismo”, onde pessoas de todos os lugares do Brasil se conectam para debater as questões raciais, e trocar experiências. Luís me contou que, por ser uma pessoa negra de pele clara, passou muito tempo em um limbo sobre sua identidade racial. A sensação era de ser “muito escuro” para ser branco e “muito claro” para ser negro, foi algo que o incomodou por muito tempo. Esse deslocamento e a discriminação racial que experenciou ao longo da vida, acabaram por produzir um sentimento de não pertencer, que o tornaram uma pessoa mais retraída e com dificuldades de socialização.

Durante a infância, viveu uma vida simples; apesar de ser de uma família pobre, sempre teve o amor e cuidado dos pais. Além disso, é muito próximo dos irmãos, mesmo tendo tons de pele diferentes, tratavam-se entre si com muito respeito e amizade. No entanto, alguns episódios de racismo, atravessaram sua vida, e o mudaram aos poucos. As lembranças mais distantes que vêm a sua mente, quando perguntado sobre a primeira vez em que sofreu racismo, são referentes à época em que tinha apenas 8 anos.

Havia uma mercearia em seu bairro, que pertencia aos avós de um amigo. Toda vez em que saíam da aula, os dois passavam na mercearia para comer alguns dos deliciosos sonhos de doce de leite do estabelecimento. “Esse moleque só vem aqui pra comer”, gritava a proprietária, quando via Luís vindo lá longe, com seu amigo Toni*. Hoje, aos 22 anos, ele sabe que as ofensas eram exclusivamente dirigidas a ele, e que seu amigo nunca passou por situação parecida, provavelmente por ser branco. Era mais aceito e respeitado pelos comerciantes do bairro.

Na casa do amigo, as ofensas continuavam, desta vez direcionadas pela avó do menino. Ela considera Luís uma ameaça para sua família, e dizia para a neta manter-se afastada dele, pois temia que ele fizesse algo contra elas. “Ela tinha medo de mim, achava que eu poderia fazer alguma maldade. Hoje eu consigo perceber que era muito pior com meu irmão, que é mais retinto do que eu”, completa.

Na escola também sofreu racismo por parte de uma professora. Quando estava na quarta série, a turma era dividida entre alunos considerados “capazes” e alunos “incapazes”. Luís foi colocado entre os estudantes com dificuldades de aprendizagem e tornou-se alvo constante das ofensas dos outros alunos, que o chamam de “burro” e da professora que adotou uma postura mais rude para lidar com ele e os demais colegas julgados como bagunceiros e difíceis de compreender o conteúdo. “Essa separação me fez acreditar

que era verdade, e isso me revoltou por muito tempo. Me senti inferiorizado por muito tempo na escola, e isso me fez crescer achando que eu era realmente incapaz de aprender, e seguir uma carreira”.

Por conta dos problemas de aprendizado, apontado pela professora, e o comportamento inadequado em sala de aula, os pais de Luís resolveram levá-lo a uma psicóloga. No entanto, durante a consulta, ela afirmou que o garoto apenas estava refletindo a dinâmica da escola e reagindo à postura de exclusão que a professora tinha com ele. Mais tarde, essa professora veio a ser processada por racismo e afastada da escola, pois as situações ocorriam também com outros estudantes negros.

Entretanto, foi a única vez em que ele consultou uma psicóloga, e sua condição foi se agravando, já que os episódios de racismo não pararam por aí. Luís começou a apresentar um comportamento mais preocupante, conforme foi crescendo. Perdeu completamente o interesse pelos estudos, e não se dedicava tanto às atividades em sala de aula. Tornou-se um aluno bagunceiro, daqueles que fazem parte da turma do fundão. “A situação da escola me fez me sentir o tempo todo que tenho que provar para os outros que não sou incapaz. Por isso, me tornei uma pessoa que leva muito fácil as coisas para o pessoal. Me ofendo, mas fico calado e tenho tendência a guardar tudo para mim”.

Durante a adolescência, na tentativa de se encaixar em algum grupo, passou a alisar os cabelos com produtos para “relaxamento”. Não gostava de sua aparência e sentia a necessidade incessante

de se encaixar. “Eu me tornei uma pessoa que demora muito para confiar nas outras e fechei por muito tempo meu ciclo de amigos. Na época de escola eu desejei muito mudar minha aparência física só para me encaixar entre os outros estudantes. Porém, eu nunca me sentia confortável nos espaços, principalmente quando eram frequentados pela elite ou de predominância branca”. E essa era sua forma de lidar com as situações de racismo. Na maioria das vezes, evitava frequentar esses ambientes ou ficava quieto quando alguém o ofendia.

Por conta de todas as experiências, ele ainda se considera uma pessoa introspectiva e incapaz de reagir quando é vítima de racismo. Seu cotidiano ainda é constantemente atravessado por pessoas que o ofendem racialmente, como o pai de sua noiva. Luís conta que ele faz piadas, as quais considera pesadas, no entanto, prefere não manifestar sua opinião. Como forma de tratamento, ele busca dialogar com pessoas mais próximas sobre o assunto, principalmente os outros membros do grupo no facebook. “A galera do Resistência Contra o Racismo tem me ajudado no meu processo de autoconhecimento. Estar interagindo no grupo tem me ajudado, primeiramente, a elevar minha autoestima e no sofrimento ético-político que tenho sofrido há anos. Sinto que só assim, me redescobrimo, serei capaz consertar minha própria história”.

Sobre o futuro, Luís têm muitos sonhos, principalmente sobre sua carreira como psicólogo, e os esportes que pratica. Uma de suas metas é concluir a graduação e atuar na assistência psicológica

de pessoas pretas. Já nos esportes, pretende ser uma referência e representação negra na modalidade de quidditch, ou quadribol, como é conhecido no Brasil. “O ambiente do quadribol é predominante branco, talvez por ser um esporte novo no país. Por isso, será bom trazer essa representatividade, ainda mais no time que faço parte, que foi fundado por um homem preto também, que tem sido minha referência no esporte, apesar de não falarmos muito sobre questões raciais”.

EDDU

“Eu só tinha 8 anos quando me disseram que os negros foram resultado de um erro de Deus, que havia deixado um homem no forno e ele queimou. Quem me disse isso? A pessoa que me ensinava a palavra de Jeová”. O relato emocionante de Eddu Cartaxo no vídeo *O poder devastador do racismo*, em seu canal *youtube*, me chamou a atenção. Os relatos de sua infância e as dores que o racismo lhe causou foram, de fato, devastadoras.

Entrei em contato com ele por meio de sua conta no *instagram*, onde administra a loja virtual de produtos antirracistas, chamada *Negro Pense* — mesmo nome de seu canal. Em 2018, ele decidiu criar a marca com o objetivo de produzir materiais que contemplassem a temática da militância negra, roupas, acessórios e objetos decorativos. Aos 36 anos, trabalha como designer gráfico, e

aproveitou suas habilidades para criar toda a identidade visual de conteúdos voltados para o povo negro. É bastante ativo nas mídias sociais, como o *pinterest*, onde busca divulgar a loja.

Eddu nasceu e cresceu em Fortaleza, no Ceará, com mais cinco irmãos, e a mãe, dona Telbia, uma mulher branca, muito presente em toda sua trajetória. Quanto a seu pai, ele brinca: “saiu para comprar cigarro e não vou voltou mais”. Sua figura paterna foi ausente ao longo de toda sua vida, de vez em quando até aparecia, mas as visitas não duravam muito tempo. Esse é um caso clássico de pais ausentes em famílias brasileiras. Dados da Escola Nacional de Seguros, divulgados em 2015, revelam que, existem cerca de 28,9 milhões de mães chefiando lares sozinhas, sem nenhum tipo de apoio dos pais. E foi assim que Eddu cresceu, com sua mãe responsável pelo lar e os irmãos.

Desde sua infância, Eddu é orientado pela mãe sobre como se comportar em público, não correr, não falar alto, tomar cuidado com os lugares que frequenta. Ou seja, mesmo não falando diretamente sobre os motivos destas recomendações, dona Telbia tentava preservar o filho de vivenciar o preconceito. Porém, mesmo com tanta cautela, nada o impediu de ser vítima de violência racial por diversas vezes. Uma das memórias que mais lhe causaram conflitos, foi a primeira vez em que foi parado pela polícia, em sua adolescência.

Era um dia ensolarado, como praticamente todos os dias em Fortaleza. Fazia um calor de pelo menos 30° graus. Eddu e um amigo haviam saído para andar de bicicleta, como sempre costumavam

fazer. Pegavam as bikes e saíam pedalando pelo bairro. Nesse dia, durante o trajeto, avistaram uma viatura da polícia virando a esquina. Eddu, gelou. Sentiu o coração bater mais forte, pois já podia prever o que iria acontecer.

— Cara, eles vão me parar - disse Eddu.

— Vish, como você sabe?. Vamos continuar andando normal - recomendou o amigo.

E não deu outra. Um dos policiais, que estava na janela, do lado esquerdo da viatura, fez sinal para que os garotos parassem. Estacionaram o carro e desceram em direção a eles. Um dos homens apontou para Eddu e perguntou:

— Cadê o documento da bicicleta, moleque?

— Está aqui. Eddu coloca as mãos nos bolsos, revira-os e encontra um papelzinho. Mostra ao policial.

— Ué, moleque. Tu anda mesmo com documento de uma bicicleta?, pergunta um dos homens. O outro policial começa a rir. Eddu calmamente responde.

— Senhor, eu imaginei que iria precisar.

Graças a sua mãe, ela sabia exatamente o que fazer. Dona Telbia, guardava todas as notas fiscais, de tudo que compravam, como uma segurança para que o filho pudesse provar que as coisas pertenciam a ele. Devido a este hábito, Eddu cresceu antenado em guardar tudo que era nota fiscal que pegava, e até mesmo depois de adulto, ainda junta os comprovantes de cada coisinha que ad-

quiri. “Esse episódio em que fui parado pela polícia foi o primeiro momento da minha vida em que refleti sobre quem eu era. Porque meu corpo parecia uma ameaça, e o que levava aqueles homens a terem essa imagem de mim? Isso era inconcebível, minha mãe sempre me ensinou sobre caráter”.

O que o intrigou foi que o policial não exigiu nenhum tipo de provas do seu amigo, sobre a bicicleta que ele estava andando. A resposta era óbvia. O amigo era branco, e na concepção dos policiais não parecia o tipo de pessoa que roubaria uma bike. Esses estereótipos sobre jovens negros são muito comuns na sociedade brasileira. No imaginário popular, criou-se uma visão fixa de que meninos e homens negros são violentos, ameaçadores. Por outro lado, a criança branca é vista como “boazinha” e mais fácil de lidar.

Por diversas vezes, Eddu teve seu corpo estereotipado. Ele é um homem negro, gordo, com cabelos cacheados ou dreadlocks, características físicas que ele negou durante a infância e adolescência, por vê-las como algo ruim. “Eu cresci achando que não pertencia a lugar nenhuma, pois não me encaixava e nem era aceito por completo. Na escola, nos cursos, nas abordagens policiais. O tratamento das pessoas comigo sempre foi diferenciado. Passei a simplesmente ignorar. Andava de cabeça baixa, não reagia”.

A escola foi um local onde ocorreram diversas situações de racismo, principalmente por conta de seu cabelo. As crianças o chamam por apelidos como “cabelo de pipoca”, “bombril”, “pixaim” e outros, que passam despercebidos, por serem tratados como brin-

cadeira pelas professoras. No entanto, em outros espaços o cabelo continuava sendo alvo de ofensas, algumas vezes até vindas de pessoas mais próximas, como parentes e amigos. “Meus tios adoravam fazer piadas sobre meu cabelo ou me incentivar a cortar. Foi duro ter que ouvir isso de pessoas as quais eu gostava e confiava. Agora percebo que não era nada engraçado, pois foi algo que me feriu e moldou minha percepção sobre mim mesmo”.

Durante a adolescência, houve uma época em que chegou a alisar o cabelo com formol, na tentativa de se encaixar entre as pessoas que eram socialmente aceitas. Porém, as ofensas não pararam e logo ele voltou a cortar o cabelo o mais curto possível. Conforme foi crescendo, Eddu foi aprendendo a cuidar do próprio cabelo, e agora não abre mão de seus cachos ou *dreadlocks*. “Me encontrei nos *dreads*, e os mantive por mais de 10 anos. Mesmo assim, ainda tive que ouvir das pessoas várias perguntas do tipo ‘esse cabelo fede?’ ou ‘como que faz pra lavar?’

Eddu só deixou de usar seus *dreads* depois que sua filha nasceu. Queria ser uma referência para ela dentro de casa. “Pra mim, hoje, deixar o cabelo crescer, além de esteticamente ficar bonito, é um ato de protesto, de resgatar minha identidade. Mesmo com todo o empoderamento do povo negro nos últimos anos, ainda é difícil para algumas pessoas assimilarem a sua negritude. Alguns têm vergonha, insegurança ou até por medo do preconceito”.

Sua filha, Maitê, de 4 anos, assim como ele, é filha de uma mãe branca e um pai negro, e por isso nasceu miscigenada. Após aprender muito sobre paternidade preta, ele busca educá-la da melhor forma possível. Principalmente, ensinando-a sobre negritude e a valorizar sua cor, cabelo e todas as características físicas que herdou dele. “Eu acho que, infelizmente, o racismo nunca vai deixar de existir. Estaremos sempre sujeitos a essas estruturas tão fortemente estabelecidas ao longo dos anos em nossa sociedade. No entanto, eu desejo um futuro para minha filha, diferente do meu passado. Quero que ela tenha condições de se amar, se valorizar e reagir ao racismo, quando for necessário”.

A trajetória de Eddu não foi fácil, sua fase adulta chegou carregada de traumas e cicatrizes da infância e adolescência. Nessa época, passou a rejeitar a própria imagem. Sentia-se deslocado nos espaços que frequentava, e desta vez, ao invés de tentar se encaixar, preferiu se isolar. Não conseguia lidar com as angústias, e por isso acabou desenvolvendo dependência de álcool e outras drogas. “Passei a me boicotar, porque eu achava que não poderia fazer uma faculdade, concurso, pois achava que não tinha capacidade para evoluir. E eu fui me fechando cada vez mais dentro desse mundo e não deixava ninguém se aproximar. Fui ficando cada vez mais triste, sozinho, isolado e bêbado”.

Com o passar dos anos, foi diagnosticado com Transtorno de Ansiedade e Depressão. Não tratou, ao invés disso, continuou ingerindo álcool e utilizando drogas. Acreditava que era a única forma

de suportar seus conflitos internos e externos. O quadro se agravou, e ele acabou desenvolvendo mania de perseguição. Temia sair na rua, pois achava que as pessoas estavam observando-o. “Em uma crise, acabei tentando suicídio. Foi a pior época da minha vida. Só agora eu sei que isso é o que o racismo pode provocar na vida de uma pessoa”.

Com apoio médico e da família, Eddu conseguiu recuperar-se. Foi o momento em que ele decidiu encarar a realidade à qual está sujeito, já que o racismo persiste em nossa sociedade. Foi aí que nasceu a marca Negro Pense, uma forma que ele encontrou de dar visibilidade a sua história e se conectar a outras pessoas negras de uma forma mais empática. Para o futuro, ele pretende seguir produzindo conteúdos sobre militância, em seu canal no *youtube*, e atingir o maior número de pessoas possível. Agora, enxerga-se como um homem forte, que finalmente despertou para sua grandeza enquanto pessoa negra.

“Ao longo de todos esses anos, eu descobri muitas coisas que foram libertadoras e especiais. Passei a valorizar mais meu corpo, meu cabelo, do jeito que ele é, lindo e armado. Minha cor é tão linda, que hoje me enche de alegria e orgulho. Sabe as piadas com a minha cor, meu cabelo e meu nariz, que eu ouvia na minha infância? Elas não têm mais graça. Agora sou um novo Eduardo Cartaxo, e se eu pudesse escolheria ser negro todas as vezes. Eu me amo do jeito que eu sou. E desejo que todas as pessoas pretas se amem também, levantem a cabeça, se aceitem. Continuem pretos.”

“
*Temos que falar sobre libertar mentes, tanto
quanto sobre libertar a sociedade.*”

ANGELA DAVIS

Professora e socióloga norte-americana. Em 1970, foi uma das líderes dos Panteras Negras, nos Estados Unidos.

CAPÍTULO 5

CICATRIZAÇÕES

O racismo estrutural tem consequências devastadoras para a vida das pessoas negras. Em 2018, o Ministério da Saúde realizou um levantamento sobre os índices de suicídio entre adolescentes e jovens negros, de 2012 a 2016. Os dados são preocupantes e revelam que, em 2016, a taxa de suicídio da população, de 10 a 29 anos, foi superior a 45%. Em relação à população branca, os índices mostram que a cada dez suicídios de adolescentes e jovens, aproximadamente seis ocorreram em negros e quatro em brancos. Diante dessa realidade, surgem diversos questionamentos sobre o que há por trás das estatísticas e como a saúde mental dos adolescentes e jovens pode ser tão prejudicada a ponto de oferecer riscos a suas vidas?

Segundo a cartilha *Óbitos por Suicídio entre Adolescentes e Jovens Negros*, existem alguns indícios de que essa população pode não estar bem psicologicamente. São sintomas que vão sendo desenvolvidos ao decorrer da vida e podem variar entre sentimento de inferioridade, inadequação, sensação de incapacidade, isolamento social e ausência do sentimento de pertença.

O racismo estrutural, institucional, recreativo e suas diversas outras formas, provocam sofrimento psíquico nas vítimas. Os depoimentos delas estão por toda parte, neste livro. É um problema real e de saúde pública, que merece uma discussão ampla, pois dizem respeito às condições de vida da população negra. O modo como o racismo funciona no Brasil foi se modificando com o passar do tempo e adquirindo aspectos mais sofisticados, que podem passar

despercebidos na sociedade. As consequências também podem ser silenciosas. No âmbito da Psicologia, o racismo só passou a ser entendido como causador de sofrimento psíquico, a partir dos anos 2000, quando psicólogos e pesquisadores começaram a se articular para desenvolver pesquisas e campanhas que evidenciassem os impactos do racismo na saúde mental da população negra. Um destes grupos é a Articulação Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es) de Relações Raciais e Subjetividades (ANPSINEP), que surgiu em 2010, com o objetivo de realizar ações e estudos sobre os efeitos psicossociais do racismo.

Em novembro de 2020, a ANPSINEP transmitiu uma série de aulas no *youtube*, em parceria com a Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), com a presença de diversos intelectuais, professores, pesquisadores, para discutir sobre Psicologia Antirracista. Um dos objetivos também era descolonizar este campo científico e compreender as demandas da população negra. Em uma dessas lives, os pesquisadores trouxeram um tema muito pertinente para o ano de 2020: como a crise sanitária da Covid-19 contribuiu para o aumento das desigualdades sociais no Brasil. Estima-se que mais 50% das pessoas negras hospitalizadas por conta do coronavírus, vieram a óbito, segundo o levantamento realizado pelo Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde (NOIS), da Pontifícia Universidade Católica (PUC), no Rio de Janeiro. Entre a população branca, a taxa de letalidade foi de 37,9%.

Nesse contexto, uma parte da população negra foi vítima fatal da Covid-19, a outra parcela ficou sem alternativas para sobreviver à pandemia, ou “asseguradas” com um auxílio emergencial de 600 reais mensais. Ficaram, portanto, mais expostos ao contágio. Muitos tiveram que continuar suas jornadas de trabalho, às vezes, de modo informal, pegando ônibus, carona ou qualquer outro meio de transporte que os permitisse chegar ao local de trabalho. A vulnerabilidade social progredia em paralelo aos índices de contaminação e mortes, que atingiram patamares assustadores no Brasil. Além disso, enfrentar o luto das fatalidades causadas pelo vírus trouxe consequências imensuráveis à saúde física e mental da população negra. Segundo o artigo, *A saúde mental da população negra importa! Por que ainda precisamos afirmar*, publicado pelo Grupo de Trabalho Racismo e Saúde, da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), o coronavírus foi mais um determinante no agravamento da saúde mental das pessoas negras.

“A população negra é o grupo racial com maior exposição às formas de contágio, devido ao acesso precário a saneamento básico; empregos informais, moradias precárias, dificultadores de distanciamento social, entre outros. Tudo isso tem interferência direta na saúde mental dessa população, provocando medo, ansiedade, desânimo, exigindo processos de luto, entre outros efeitos e demandas psicossociais”, destacou Emiliano de Carvalho Davi, autor do artigo e membro do GT Racismo e Saúde da ABRASCO. O artigo evidencia também a urgência de políticas públicas e estratégias que assegurem os cuidados à saúde mental da população negra,

que é negligenciada. Sem essas iniciativas de prevenção, conforme o país vai passando por crises, a saúde psíquica das pessoas negras se agrava e é deixada de lado. Outro aspecto importante ser analisado é que o acesso a atendimento médico também foi dificultado. Embora existam leis importantíssimas como a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, que promovem os direitos desta parcela da população, nem sempre os profissionais da saúde estão prontos para atender as demandas desse povo, tampouco entendem o contexto no qual eles estão inseridos.

No levantamento realizado, em 2015, pela Pesquisa Nacional de Saúde, 13,6% das pessoas que se sentiram discriminadas nesses serviços, destacaram o viés racial. Segundo a cartilha “Racismo e Saúde Mental”, divulgada pela Secretaria do Estado da Saúde, em 2017, as falhas no atendimento podem ocasionar em uma menor adesão aos tratamentos, e desmotivação dos pacientes negros em buscar atendimento médico nos serviços de saúde. As consequências disso são pessoas sem confiança nos sistemas públicos e negligentes com a própria saúde física e mental.

Embora tenha sido criada, em 2017, a Portaria n.º 344, que dispõe sobre o preenchimento do quesito raça/cor nos formulários dos sistemas de informação em saúde, nem sempre o procedimento é realizado. Ainda é perceptível a negação da importância deste recorte, e isso gera incongruências e incompletudes dos dados, que

dificultam o monitoramento das iniquidades étnico-racial no sistema de saúde. E, assim, mascaram informações que são importantes para se discutir a desigualdade racial no Brasil.

Diante desse cenário, de racismo institucional e desigualdades sociais, a saúde mental da população negra também precisa de atenção. O acesso a um tratamento psicológico é um direito, que se faz ainda mais necessário neste contexto de crise. Existem abordagens no campo da Psicologia que podem ajudar a minimizar os impactos do racismo na saúde mental, e às vezes, são necessários desde a infância. São tratamentos importantes, primeiramente, para compreender o comportamento da criança, adolescente ou entender como elas agem e refletem as situações do preconceito que vivenciam.

Um desses métodos é a *Gestalt*, um campo da Psicologia dedicado a analisar e proporcionar aos indivíduos uma compreensão sobre sua existência no mundo e na sociedade de que eles fazem parte. Segundo a psicóloga Bruna Pereira, em *Gestalt*, apesar de se olhar para o passado, o foco do tratamento é no presente. O passado é entendimento como algo que foi e serve de base nesse fundo para se entender o contexto do sujeito e o que proporcionou a ele estar como está e ser como ele é. As situações vividas que ficaram em aberto de alguma maneira, ou seja, esses acontecimentos que não foram resolvidos, de violência que não foram digeridas, por exemplo, e que ficaram e deixaram cicatrizes, podem continuar a impactar no presente.

A criança negra

Apesar das desigualdades sociais começarem a se manifestar muito antes do nascimento, é na infância que tendem a ocorrer as primeiras experiências com o racismo. As crianças, até um certo momento, apresentam total dependência de seus pais, que serão os intermediadores entre elas e o mundo. No entanto, conforme essa criança vai crescendo, ela literalmente começa a caminhar com os próprios passos. E assim, sua existência vai sofrendo influências e se moldando a partir do que ela absorver e aprender que é bom ou ruim.

Para entender como as vivências com o racismo vão sendo internalizadas na psique da criança e como a estrutura de sua personalidade se constrói a partir daí, é necessário discutir os conceitos de *id*, *ego* e *superego*, desenvolvidos por Freud, em seus estudos da Psicanálise. Observando seus pacientes, Freud identificou que eles apresentavam diversos conflitos internos e isso lhes causavam ansiedade. Para resolver isso, eles realizavam alguns acordos psíquicos, na tentativa de atingir a estabilidade emocional.

Basicamente, todos nascemos e existimos com a presença do *id*, que é composto pela desordem e caos presentes no inconsciente de cada pessoa. À medida em que nos tornamos bebês e vamos ganhando consciência de nossa própria vida, o *ego* vai sendo construído. Ele tem a função de proporcionar equilíbrio entre o inconsciente

e o consciente, buscando o prazer e evitando o desprazer. A partir daí surgirá o *superego*, que atua limitando ou proibindo os pensamentos, vontades e atitudes do ego.

Segundo, Freud, a criança desenvolve seu ego sozinha, mesmo sofrendo influências externas, mas o *superego* é influenciado pela estrutura da personalidade de seus pais ou das pessoas que a criaram. Ou seja, os valores, costumes e tradições da família são passadas para os filhos, por isso as crianças necessitam tanto de respaldo e referências positivas para que seus anseios sejam positivos e compatíveis com sua realidade.

Neusa Santos Souza fala em seu livro *Tornar-se Negro*, que o que é mais valorizado em nossa sociedade e se torna alvo de desejo, muitas vezes, das pessoas negras, é a estrutura psíquica da personalidade branca. Isso se deve ao fato de que o ego branco é mais valorizado, e visto como detentor do saber e referencial do que é bom e esteticamente aceito. Ele se torna meta de perfeição a ser atingida. No entanto, para a pessoa negra, este não é um ego que casa com o seu corpo e sua cultura, é um ideal inatingível.

O que acontece com algumas crianças negras, em toda a infância, é que de tanto ouvirem coisas negativas sobre a imagem de seus semelhantes, elas acabam negando a própria imagem e tornam-se suscetíveis ao processo de embranquecimento. Com o tempo, essa criança poderá cada vez mais odiar a sua cor, seu cabelo e utilizar métodos para tentar se mudar. Isso também se reflete em seus comportamentos em casa e na escola, e podem apresentar posturas

mais retraídas e reações agressivas. As ofensas, a partir do racismo recreativo que irão sofrer, podem torná-la cada vez mais admiradora do ego branco.

A psicóloga Cláudia Norte é especializada em gestão social e assistência às famílias com foco nas questões étnico-raciais. Durante seus atendimentos clínicos, auxiliou diversas crianças e adolescentes fragilizados por conta de situações de discriminação racial. Uma dessas pacientes foi a menina Lidi*, de 7 anos. Ela tem uma irmã gêmea, a Lila*, e ambas são pretinhas, com cabelos crespos. Os pais decidiram procurar ajuda psicológica, após receberem uma série de chamados da escola em que elas estudam, por conta de Lidi estar agredindo os colegas de turma.

Durante a consulta, a menina contou, aos prantos, que havia passado por vários episódios em que os colegas a ridicularizavam, falavam que seus lábios e cabelos eram feios. Além disso, eles a excluía e a perseguiram durante o horário do recreio. E ela não contou para ninguém. Somente depois que a escola começou a reclamar do baixo desempenho dela em sala de aula e do comportamento agressivo com os colegas de turma, que a mãe a levou até o consultório. A abordagem utilizada pela psicóloga para entender a situação foi, primeiramente, ouvir a menina, já desconstruindo a lógica de que os adultos falam e as crianças ouvem. Nesse momento de diálogo, Cláudia notou que as reações de agressividade ocorriam apenas no espaço escolar, e que, na verdade, a menina era super doce e tranquila. “Pessoalmente, percebi que ela era uma criança

muito meiga e carinhosa. O comportamento dela, na verdade, era reativo, por não saber lidar com as situações de preconceito que vinha sofrendo. Outra coisa, era que ela não sabia com quem conversar e ficou num impasse se falava com a professora ou com a mãe. Então, a gente conseguiu trabalhar isso tanto com a família quanto com a escola, e ela viu que essas situações não eram problemas só dela”, conta Cláudia.

A menina sentiu-se mais confortável por estar sendo atendida por uma psicóloga preta, e isso gerou nela uma identificação que a fez enxergar-se como alguém merecedora de cuidados. Porém, esse é um processo contínuo, pois mesmo recebendo o tratamento adequado, não assegura que a criança não venha a vivenciar racismo novamente. “É muito difícil, pois vejo que nós, pretos, acabamos tendo que ensinar aos brancos sobre como tratar os outros seres humanos. Mesmo assim, parece algo que nunca tem fim, essas crianças precisam de acompanhamento terapêutico, para que aos poucos possam ser blindadas e aprendam a lidar com essas situações”.

O trabalho também foi realizado no espaço escolar com as crianças envolvidas, e, segundo Cláudia, foi uma forma também de ensinar aos demais alunos sobre a importância de respeitar as diferenças. “Tratava-se de uma escola particular, e esse é um procedimento psicoeducacional mais que necessário. Os profissionais com quem falei (professores, diretores, pedagogos) também foram orientados a intervir nas situações e a adotarem formas de banir esse tipo de ocorrência dentro do espaço escolar”.

A escola é apenas mais um dos espaços onde as crianças negras correm o risco de sofrer discriminação racial. Um dos vídeos mais marcantes e sensíveis sobre saúde mental de crianças pretas, que circulou na *internet* em 2018, foi feito por uma mãe que sentiu na pele a dor da filha ao vê-la impedida por outras crianças de frequentar o *playground* do prédio onde moravam. Ana Paula Xongani relata a sensação de ver a filha sendo rejeitadas por outras crianças, enquanto tentava interagir com elas. Ayo, na época, tinha apenas quatro anos e, como todas as crianças, só queria se divertir no parquinho. Aproximou-se das meninas que brincavam no balanço e antes mesmo de dar ‘oi’, todas elas correram para longe. Ela insistiu, tentou convencê-las a permanecer e brincarem juntas, mas não adiantou, as meninas continuavam se afastando e rindo. Ana Paula pegou o celular e tirou a foto do momento em que ela ficou sozinha de um lado, e do outro, o grupo de meninas tomando distância. Para a mãe, Ayo contou que era sempre assim e que até gostava de brincar sozinha.

Infelizmente, nem todas as crianças negras têm alguém para acolhê-las em suas dores e dar suporte emocional a elas. Muitas também não tem acesso a um atendimento psicológico ou não encontram profissionais que compreendam suas dores. O racismo na infância, infelizmente, é apenas o começo de uma série de vivências e experiências que irão moldando a personalidade da pessoa negra ao passar do tempo. E isso precisa ser minimizado ao máximo, com carinho, afeto, atenção e cuidados.

O adolescente negro

A adolescência é uma das fases mais difíceis para qualquer ser humano. Além das visíveis mudanças corporais, as alterações hormonais e a intensidade das emoções, os jovens precisam lidar com as próprias emoções. É um período onde vivenciam coisas novas e vão se readaptando ao mundo conforme sua idade. São muitos altos e baixos, que interferem também no modo como ele mesmo se enxerga, e a partir daí vêm as consequências. Baixa autoestima, estresse, não aceitação do próprio corpo, isolamento social, descuido com a própria saúde.

Durante essa fase, os adolescentes são um grupo que apresenta grandes riscos de desenvolverem depressão, principalmente quando se trata de jovens negros. A depressão, quando não tratada, têm consequências devastadoras. O suicídio entre jovens é um dos grandes debates levantados durante o setembro amarelo, mês dedicado à saúde mental e preservação da vida.

Segundo o levantamento divulgado em 2019, pelo Ministério da Saúde, a cada dez suicídios na faixa etária de 10 a 29 anos, seis ocorrem entre pessoas negras. Entre os jovens negros, de 10 a 29 anos, as chances de cometer suicídio cresceu para 45%, em 2016, segundo a OMS. A taxa de mortalidade, por suicídio entre jovens brancos, de 2012 a 2016, manteve-se estável, já a de jovens negros

aumentou 12%. Esses dados mostram o quanto o racismo estrutural causa adoecimento mental de adolescentes negros. Suas mentes são fragilizadas por vivências cotidianas de racismo, que vão desde ofensas relacionadas ao seu corpo até perseguições e abordagens policiais. Seus corpos são estereotipados, marginalizados e tratados como suspeitos pela polícia brasileira. Foi o que aconteceu com o Anderson Borges*, de 16 anos. A mãe, Márcia Borges* disse não saber mais o que fazer.

Toda vez que o garoto sai na rua de moletom, a polícia passa encarando-o. A última vez que aconteceu, Márcia estava levando os dois filhos para a casa da mãe. Anderson estava andando mais à frente, quando a Polícia Militar passou a 20 km ou menos, cochicharam algo e seguiram adiante. Márcia não conseguiu ouvir, até que eles fizeram a volta e passaram novamente na mesma velocidade. Dessa vez deu para escutar eles falando no rádio “indivíduo com atitude suspeita no bairro Capoeiras”. Apenas apressaram o passo, não faltava muito para chegar à casa da avó.

“Isso me entristece tanto, meu filho não pode ter liberdade de se vestir como quiser. Tenho que podá-lo, para ele não fazer parte das estatísticas. Já o proibi de usar moletom com capuz, pedi pra mudar o jeito de andar e se esforçar para não parecer suspeito. Até quando? Até quando vamos ter que suportar essa polícia racista que é reflexo de uma sociedade racista? Temo o que ainda pode vir”, desabafa Márcia.

A gente sabe que o problema não está nas roupas, no comportamento, no jeito de andar. No entanto, essas situações de racismo, que vão ocorrendo no cotidiano dos adolescentes, impactam em seus níveis psicológicos de maneira grave. Essa também é uma fase de construção da personalidade, mas os reflexos do racismo são ainda mais extenuantes.

O comportamento e a forma de se relacionar dos adolescentes, muitas vezes, pode dar sinais sobre os conflitos internos por que estão passando, principalmente os meninos. Os garotos, por exemplo, encontram barreiras que os impede de dialogar sobre suas emoções, até mesmo por viverem em uma sociedade pautada no machismo, que os ensina a não demonstrar fragilidade. Bruna Pereira, psicóloga integrante do ANPSINEP, fala que é preciso entender os fatores que implicam no crescimento desses rapazes.

Quais são os referenciais que eles têm de identidade, para compreender a sua construção de sujeito negro nesse mundo? Então, essas violências sofridas vão sendo introjetadas, inclusive, na construção dessa masculinidade, no modelo de homem que não pode sofrer. Somado a isso, vem a dificuldade de falar sobre suas próprias questões, de não ter um espaço para falar sobre isso.

“Isso também contribuiu para esse processo de adoecimento mais marcado nos meninos e jovens negros. É algo que pode aparecer de outras formas, eles desenvolvem maneiras de dar respostas a essas situações de violência que a sociedade impõe, é diferente também nesse aspecto de gênero. Os meninos tendem a dar mais

respostas para essas violências de um modo também intenso, revivendo, muitas vezes, de maneira agressiva. Isso explica também a relação com o estereótipo do menino negro que vira um adulto violento, mas contra ele mesmo também”, afirma a psicóloga.

A adolescência feminina negra também é perpassada pelo machismo. As cobranças com seus corpos, cabelos, se tornam intensas, e elas mesmas podem decidir por se modificarem ou não. Isso vem mudando, muitas blogueiras e *influencers* ensinam a cuidar dos cabelos, promovendo o não uso da chapinha e dos produtos químicos para alisamento do cabelo. Embora as adolescentes negras também sofram processos de violência racial durante essa fase, suas formas de reagir são um pouco menos radicais, como afirma Bruna Pereira.

Independente do gênero, os adolescentes negros compartilham das mesmas consequências psicológicas provadas pelo racismo. É uma fase muito difícil, que exige muita atenção das pessoas envolvidas em sua educação. Dessa etapa, podem ser levadas para a vida adulta todas as desrealizações amorosas, rejeição, baixa autoestima e sentimentos de incapacidade e não pertencimento.

O adulto negro

Como abordado anteriormente, no Capítulo 4, ao chegar na fase adulta, a pessoa negra poderá vir a se “tornar negra”. Ou seja, começará tomar consciência e buscar explicações para as ex-

periências que passou ao longo da vida. Nesse momento, os traumas de infância e adolescência tendem a emergir como se fosse uma caixa de pandora guardada por anos. É um momento que traz grandes reflexos e conflitos internos, que podem afetar diretamente as condições psíquicas dessas pessoas.

A psicanalista Neusa Santos Souza explica que a reação a partir desse descobrimento pode ocorrer de duas formas. A primeira é a pessoa não suportar o choque de lembranças e poderá sucumbir ao sofrimento gerado pelos traumas. Sendo assim, terá sua saúde mental totalmente desestabilizada e ficará suscetível a desenvolver transtornos psicológicos ou ter uma piora em um quadro já existente. Além disso, ela terá mais chances de se tornar dependente de álcool e de outras drogas, como um meio de mascarar a dor.

Essa afirmação de Neusa faz todo o sentido quando olhamos para dados sobre alcoolismo e dependência química no Brasil. Em comparação à população branca, o consumo abusivo de álcool é superior entre homens negros e mulheres negras, segundo o estudo realizado pelo Ministério da Saúde em 2018. Os dados são da pesquisa Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel), que apresenta parâmetros sociodemográficos sobre fatores de risco e doenças crônicas da população negra.

No levantamento sobre alcoolismo, foi analisado o consumo nas 26 capitais brasileiras e o Distrito Federal. É considerado consumo abusivo quando são ingeridas quatro ou mais doses de bebida

na mesma ocasião. De modo geral, os dados mostram que, enquanto 16,6% dos brancos fazem uso abusivo de álcool, na população negra a taxa foi de 19,2%. Com relação ao recorte de gênero, o número é bem maior entre homens, sendo 27,1%, do que em mulheres negras, de 12,1%. De todas as 27 cidades, Florianópolis é a capital onde a população negra apresentou maior frequência de consumo abusivo de álcool, principalmente entre homens, que foi de 42,6%.

Existem várias teorias de diversos campos da Psicologia que auxiliam na compreensão da interação entre o sujeito e o mundo. A *Gestalt* terapia, já citada, baseia-se no princípio de que toda pessoa busca se regular de alguma maneira na sociedade da qual faz parte. Ou seja, mesmo diante de situações de violência ou estresse, a busca de cada indivíduo é por uma forma de solucionar esses problemas. Às vezes, mesmo nas situações onde há sintomas ou processos de adoecimento, eles são uma resposta, uma forma que esse ser encontrou de elaborar a situação que ele vivenciou e tocar sua vida de alguma maneira.

A fase adulta é onde o adoecimento psíquico causado pelo racismo atinge patamares que podem gerar consequências psicossomáticas em decorrência de todas as situações vivenciadas ao longo da vida. Nesse sentido, além de apresentarem adoecimento psicológico, as experiências negativas internalizadas também resultam no desenvolvimento de sintomas físicos.

Psicologia preta

Não dá mais para negar que o racismo limita e causa adoecimento psíquico, mas é preciso que algo seja feito para minimizar o impacto na saúde mental da população negra. Nesse sentido, surge a Psicologia Preta como forma alternativa de desconstrução dessa ciência baseada apenas na subjetividade do indivíduo branco. No Brasil, essa nova forma de se exercer a Psicologia cresce a cada ano, e os profissionais vêm observando a necessidade de percepção dos comportamentos dos pacientes negros, pois eles têm sido fortemente impactados pelo racismo. Assim, necessitam de um atendimento direcionado a dar conta de suas especificidades.

Nos Estados Unidos, a Psicologia Preta surgiu em meados dos anos 60, durante a época em que se defendia os direitos civis no país. Foi nesse contexto que profissionais como Wade Nobles, da Universidade de Stanford, e Na'im Akbar, da Universidade de Michigan, passaram a estudar a subjetividade negra e levar as discussões para a academia e a sociedade. Já no Brasil, no campo da Psicanálise e Psiquiatria, existem pesquisadores que trouxeram os primeiros referenciais teóricos para se discutir a Psicologia Preta, como Virgínia Bicudo, Neusa Santos Sousa e outros.

Essa desconstrução da Psicologia vem desde o currículo dos cursos nas universidades, que não apresentam as disciplinas necessárias para que os profissionais da área se capacitem para atuar com as subjetividades negras. Entender a estrutura racial e a violência psicológica que o racismo produz é um primeiro passo para auxiliar

as crianças, adolescentes e adultos negros a tratarem e previnirem esses traumas. Vale ressaltar que os profissionais negros também são vulneráveis à discriminação racial no ambiente de trabalho ou na faculdade. Geralmente, quando desejam trabalhar com a questão racial, encontram-se sozinhos, sem apoio e com obstáculos que irão desmotivá-los.

No entanto, a Psicologia segue sendo um campo de extrema importância para que todo indivíduo possa atingir a qualidade de vida ou saúde mental necessária para lidar com as adversidades de seu cotidiano. Para muitas pessoas negras, essa não é uma alternativa de fácil acesso, por isso, às vezes acabam buscando outros meios de tratar dessas questões. Muitos negros relatam que a troca de experiência entre si, de pessoas que vivenciam situações semelhantes, contribui para o fortalecimento de seus laços e reduzem os danos causados pelo racismo.

Na verdade, antes de existirem as definições de Psicologia, e as clínicas de atendimento psicológico, as pessoas já buscavam outras formas de se compreender, buscar respostas e práticas para amenizar os sofrimentos, e uma delas eram as religiões de matriz africana. Normalmente, esses lugares nem sempre estão localizados em territórios onde existem clínicas, consultórios ou um profissional que possam atendê-los. E quando há um terreiro, as pessoas acabam buscando-o.

Segundo a psicóloga Bruna Pereira, a Psicologia precisa estar alinhada às religiões, para que as pessoas também possam fazer parte de um contexto religioso, ainda mais se utilizarem delas como uma forma de tratamento emocional. “É necessário entender que esses espaços são muito importante também como rede de apoio e acolhimento, onde as pessoas às vezes vão até mesmo antes de buscar um Centro de Saúde”.

Na clínica em que atende, no Centro de Florianópolis, ela uma vez recebeu uma adolescente que frequentava terreiros de umbanda para lidar com problemas de ansiedade e ações de automutilação. Esse espaço do terreiro, além de lhe proporcionar conforto, também funcionou como uma rede de apoio e fortalecimento, no qual ela tinha muita fé em frequentar. E isso, segundo Bruna, a auxiliou durante as crises. “Ali ela encontrou cuidados que a impediram de ter alguma ação de autoviolação nesses momentos, porque ela tinha esse lugar como suporte e um espaço que lhe proporcionou entendimento do que estava acontecendo com ela”.

Bruna conta que mesmo sendo uma psicóloga preta, se ela não tivesse conhecimento sobre a importância desses lugares como uma alternativa de cuidado e proteção, o atendimento em clínica talvez tivesse sido diferente. Em outro contexto, se ela não visse os terreiros como aliados, poderia gerar uma desorganização na paciente. Independente de qual abordagem será utilizada no espaço clínico para atender as crianças, adolescentes e adultos negros, a Psicologia precisa ser resignificada para dar conta de suas ques-

tões. E não só entender os impactos do racismo nas subjetividades, não só na pessoa negra, mas na subjetividade das pessoas brancas também e como essas relações vão sendo construídas, quais serão os desdobramentos e as problemáticas sociais.

Entretanto, é uma questão muito complexa, como explica Bruna. “É difícil pensar em uma prática sem reconstruir toda uma teoria, partindo de um outro lugar teórico. Porém, temos há muito tempo, diversos teóricos e pensadores de várias teorias e abordagens. A Psicologia não se basta só dentro da ciência psicológica, ela vai precisar buscar outras áreas, como a Sociologia, História, Antropologia, Filosofia, mais conhecimento para construir isso. Precisa buscar também nos conhecimentos tradicionais, nas práticas, tudo isso para entender as relações humanas e como elas impactam distintamente em cada indivíduo”.

Discutir o racismo e suas consequências, além de enfatizar a importância dos cuidados com a saúde mental, também é de extrema importância para a promoção da igualdade racial. É necessário também que as pessoas pretas saibam que elas têm direito ao atendimento psicológico e que seus traumas e cicatrizes precisam ser ouvidos por um profissional adequado, que possa ajudá-los nesse processo de cicatrização.

“
A nossa escrevivência não pode ser lida como histórias para 'ninar os da casa grande' e sim para incomodá-los em seus sonhos injustos.
”

CONCEIÇÃO EVARISTO

Escritora romancista e poeta brasileira. Criou o conceito de “escrevivências”, que trata sobre a escrita de mulheres negras. Recebeu a homenagem de Personalidade Literária do Ano de 2019, pelo Prêmio Jabuti.

CAPÍTULO 6

ESCREVIVÊNCIAS DA AUTORA

Escrever, falar, ser, tornar-se, representar. Todos fazemos parte de um povo, com histórias, culturas e vozes, que precisam ser ouvidas e valorizadas. De onde eu vim, fui ensinada que quanto menos eu falasse, menos problemas eu teria. Que quando um não quer, dois não brigam. Por isso, eu não deveria brigar. No entanto, a conjuntura política do Brasil requer reação. São tempos de luta. Foram esses alguns dos questionamentos que eu tive no momento em que me “tornei negra”, no meu primeiro dia de aula na Universidade Federal de Santa Catarina.

Quando descobri que havia sido aprovada, por meio da política de ações afirmativas para negros, com renda salarial igual ou inferior a um salário mínimo e meio, foi um dos dias mais fascinantes da minha vida. Minha família comemorou e saiu falando para todo mundo do bairro. A comemoração foi tamanha que alcançou meus parentes lá no Nordeste. Recebi ligações, abraços e parabenizações. Estava anestesiada. Antes mesmo de ler meu nome na lista da UFSC, eu não acreditava que seria aprovada. Fique feliz, embora ainda não soubesse o quão emblemático era ser a primeira de minha família a ingressar em uma universidade. Eu tinha apenas 17 anos.

Sou de uma família muito humilde, natural do Ceará. Meu pai nasceu em um município chamado Crato, e minha mãe em Várzea Alegre. Ambas estão entre as cidades que possuem os maiores índices de analfabetismo do país. Segundo um levantamento do Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2017, 21,3% da população do Crato, com 15 anos ou mais, eram de analfabetos. Enquanto em Várzea Alegre, a porcentagem foi de 33,6%.

Minha mãe interrompeu os estudos quando estava na 5.^a série do Ensino Fundamental. Para ela, era muito difícil trabalhar na roça pela manhã e frequentar o colégio no período da tarde. Reclamava de cansaço e da falta de tempo para se dedicar aos estudos, como gostaria. Muitas vezes, não conseguia nem tomar banho antes de ir para aula. Já meu pai deixou de frequentar a escola quando tinha 11 anos. Nessa época, ele foi expulso de casa pelo meu avô, e morou na rua até seus 15 anos.

Todos os dois são analfabetos funcionais. Eles tentaram retomar os estudos, algumas vezes. No entanto, a carga horária de ambos (ela doméstica, e ele carpinteiro), tornava praticamente impossível trabalhar, cuidar da família e frequentar as aulas no período noturno. Sobretudo para minha mãe, que como milhares de mães brasileiras, vivia uma jornada dupla.

Parando para refletir sobre nossa história, o dia em que eu entrei na universidade foi como se toda a minha família tivesse entrado comigo. No entanto, quando pisei meus pés na sala de aula, eu era a segunda aluna negra a chegar. Depois de mim, naquele semestre, ninguém mais chegou. Me vi sendo uma das únicas alunas negras numa turma de 30 alunos. Nesse momento, eu soube que havia algo errado. Foi a partir daí que me tornei negra.

Com o decorrer dos semestres, fui me relacionando com pessoas pretas de outros cursos e departamentos, que me ensinaram muito sobre negritude e a importância de eu estar naquele espaço. Depois disso, toda minha trajetória foi dedicada a utilizar minha posição privilegiada, para dar visibilidade às questões étnico-raciais. E agora, se concretiza neste livro.

No curso de Jornalismo, vi a oportunidade de propor pautas relacionadas às temáticas do povo negro, em todas as disciplinas que pude. Algumas vezes, tive objeções, mas sempre persisti e defendi o que acredito. É aqui que a profissão que escolhi e minha história convergem. O bom de estudar Jornalismo é poder ressignificar algumas coisas e produzir conteúdos que contemplem as demandas sociais. Afinal, os jornalistas são participantes ativos na definição e construção das notícias, e, por consequência, na construção da realidade (Traquina. 2005).

O jornalismo causa impacto social, e permite que a realidade seja mostrada. Além disso, possibilita a formação de uma sociedade mais crítica, trazendo à tona debates necessários para a construção de um mundo mais igualitário. Por isso, meu objetivo com este livro é justamente este, relatar a realidade, com sensibilidade e fidelidade, além de propor reflexões sobre questões necessárias. Dar voz e humanizar histórias de pessoas que vivem as consequências do racismo, tão presente em nosso país, é o ponto central deste livro.

Sendo assim, também faço meu papel de evidenciar e protagonizar uma história que também é minha. Sou uma mulher, acadêmica, bissexual, nordestina e negra, com minhas próprias questões, e o distanciamento entre eu e a pauta que trago no momento é praticamente impossível. Trata-se da minha realidade também. A escritora Conceição Evaristo traz um conceito muito interessante, chamado “escrevivências”, que me faz refletir a importância de se ter consciência de raça e classe, e o quanto esses marcadores sociais atravessam nossas experiências. Escrevivências trata-se da escrita de mulheres negras, permeada por essa condição de ser preta na sociedade brasileira.

A partir do momento que eu tive a oportunidade de realizar este livro-reportagem, me questionei sobre o quanto de mim está presente em cada linha escrita. A identificação que tive com as histórias apresentadas foi instantânea. Seria uma tarefa difícil e até omissa, se eu não falasse sobre mim. Essa foi a chance que tive, e acho extremamente necessário para reelaborar minha experiência enquanto acadêmica, que também é permeada por aquilo que eu vivi enquanto criança e adolescente negra.

Eu cresci na periferia paulistana, em uma favela chamada São Judas Tadeu. Minha infância, além de ter sido marcada pelo racismo, também foi impactada por vulnerabilidades sociais. Minha mãe conta que, por diversas vezes, a polícia invadiu a nossa casa em busca de drogas e armas. Em uma dessas vezes, quando eu tinha apenas alguns meses de vida, chegaram a me retirar do ber-

ço para procurar nos colchões. Graças a Deus, nunca encontraram nada. Mesmo assim, minha mãe sempre era ameaçada. Diziam a ela que caso encontrassem algo, ela e meu pai seriam presos, e eu iria para adoção. O pior de tudo é que meu pai realmente poderia ter sido o motivo da minha história ser outra.

Até meus 8 anos, a vida foi assim. A violência, a miséria e a negligência do meu pai foram determinantes para tornar nossa vida lamentável. Chegou um momento em que minha mãe, não aguentando mais toda a situação, vendeu tudo que tínhamos e comprou passagens para Florianópolis. Chegamos em 2004, eu tinha 9 anos, e logo fui matriculada em uma escola pública. Nesse colégio, eu era uma das únicas alunas negras. Talvez por ser nova também tenha contribuído para a exclusão que sofri nos primeiros anos.

Na terceira série, ocorreu o episódio de racismo que mais me marcou. A professora costumava formar duplas para realizar as atividades em sala. Eu sempre ficava sozinha. Era como se a turma tivesse um número ímpar de alunos, e por “coincidência” eu acabava sobrando. No entanto, isso mudou quando outro colega negro entrou na turma. Instantaneamente fomos colocados juntos, ficamos amigos e ele se tornou minha duplinha. Ficávamos sempre juntos. Éramos só nós dois. A turma inteira nos excluía, e hoje eu sei o quanto a professora compactuava com isso.

Tornei-me uma criança retraída, mas não aceitava as provocações. Eu revidava, respondia, e acabei ganhando fama de mal criada. Minha mãe foi chamada na escola por diversas vezes. Em

uma dessas, porque eu tirei meus tênis e pulei em uma poça de água, que se formou após a chuva, no terreno da escola. Talvez eu já tivesse minha forma de protestar. Nesse dia, o meu amigo, William, não tinha ido para a aula, e eu havia passado a manhã inteira sem ninguém para brincar.

Outra lembrança que tenho bem nítida é das vezes em que precisei sair da escola e ficar no trabalho da minha mãe. Ela sempre foi empregada doméstica e já passou por diversas casas. O caso do menino Miguel Otávio, citado no Capítulo 1 deste livro, mexeu muito comigo, pois me remeteu à minha época de infância. Quando minha mãe não tinha com que me deixar, me levava para o trabalho, e eu ficava escondida em algum local da casa. Em uma dessas residências, fiquei mais de 4 horas isolada em um quartinho de serviço, sem comer, pois a patroa não poderia nem sonhar que eu estava ali.

Lembro-me de ter feito um desenho, com o giz e papel que minha mãe havia me dado. Nele, eu estava deitada no chão e ela me esperava do lado de fora. Quando mamãe finalmente acabou o expediente, eu entreguei o desenho. Choramos abraçadas e saímos de fininho para que a patroa não nos visse indo embora.

Na adolescência, fui matriculada no Instituto Estadual de Educação, o maior colégio público da América Latina. Nessa escola, a história se repetiu. Apesar de não ter mais tanta dificuldade em me relacionar com os outros colegas, eu só andava com meninas pretas que também eram excluídas. Primeiro, a Jaque, uma amiga que reprovou logo no primeiro ano, depois a Jainara, uma colega

que era alvo constante de racismo. Uma vez criaram uma página no facebook para ridicularizá-la. No terceiro ano, conheci a Thuanny, minha melhor amiga até hoje, e a pessoa que começou abrir meus olhos para a questão do racismo.

Hoje, quando conversamos, conseguimos notar o quanto éramos preteridas entre os colegas. Sabíamos que eles nos excluía, e nos destratam porque tínhamos algo em comum: a cor. Dessa época, eu levo comigo as cicatrizes emocionais e físicas da chapinha queimando meu couro cabeludo e a pele do meu rosto, na esperança que eu tinha de ser mais aceita. Levo o medo de ficar sozinha, não ter amigos. O receio de falar em público, e ver as pessoas rirem de mim, ou cochicharem falando algo sobre minha aparência, postura, e o modo como eu falo.

Essas sementes negativas me foram plantadas ao longo da minha vida, eu colho problemas psicológicos, como ansiedade e depressão. Os boicotes e autossabotagem durante a graduação, é tudo daí. Eu achei a raiz.

No entanto, também absorvi muitos aprendizados, sobre mim e a sociedade de que faço parte. A força e a resiliência que eu tenho, sei bem de onde vem. Carrego uma herança identitária, cultural e histórica, de pessoas que lutaram e resistiram para que eu estive aqui. Minha existência só foi possível, por conta dos meus 2 pais, 4 avós, 8 bisavós, 16 tataravós, 32 tataravós, 64 pentavós, 128 hexavós, 256 heptavós, 512 octavós, 1.024 enavós e 2.048 decavós.

Ou seja, são centenas de anos de histórias e essas histórias de luta e resistência se fazem presentes em mim, mesmo que eu não tenha tido acesso a cada detalhe sobre elas.

Apesar das singularidades de cada pessoa presente neste livro, nós, negros, nos conectamos independentemente de nossas idades, tamanhos, colorismos. Quando nos encontramos, eventualmente, pelas ruas, sorrimos uns para os outros, pois sabemos que nesse afeto há acolhimento e esperança. A gente precisa disso, de união. Nós sabemos que o racismo é um mal que nos assombra, e assola a infância de todos nós.

Como aponta Neusa Santos Souza, no livro *Tornar-se Negro*, o racismo é uma forma de violência cruel, constante, contínua, sem pausa. É uma das somatórias de nossos problemas psicológicos e uma forma de nos causar desconfortos, constrangimentos e medos em quaisquer espaços que ocupamos. Entretanto, não é ele que nos define, somos muito mais do que isso. Somos estudantes, políticos, artistas, atletas, médicos, advogados, profissionais capacitados em todas as áreas e espaços, prontos para transgredir os lugares que a sociedade pré-determina desde o dia em que nascemos.

Este capítulo foi o último que decidi escrever, mesmo sem a certeza se ele iria para o livro. Foi difícil contar histórias de muita dor e a minha história também. Chegando à metade do capítulo, decidi fazer uma pausa. Peguei um copo d'água e vi as notificações que chegaram no meu celular dos grupos no *whatsapp* em que estou. Normalmente, só abro para fechar as notificações, mas desta vez

decidi ler a conversa do grupo “Quilombo Floripa”, onde estão reunidas pessoas pretas de toda a cidade. A galera estava revoltada, e eu gelei quando li. A polícia havia assassinado com dois tiros, à queima-roupa, um garoto de apenas 12 anos, morador da Costeira do Pirajubaé.

Tudo parou. Era como se eu tivesse congelado no tempo. Cuspei a voltar para o mundo novamente, e quando retornei, fui buscar as notícias na internet. Silêncio. Por algumas horas, nada, a mídia não falou sobre o assunto. Afinal, era apenas mais um. O factual diante dos nossos olhos. O indeditismo? Isso nem costuma acontecer no Sul do Brasil. Será? Ironicamente dizem que não tem pretos aqui. No dia seguinte, retornei ao google novamente e vi uma matéria sobre o ocorrido publicada no portal *Tudo sobre Floripa*. A polícia alegou que o garoto estava armado e trabalhava para traficantes, no momento em que foram chamados para intervir em uma situação de sequestro, ouve a troca de tiros. Isso me fez pensar. Mesmo que fosse verdade, ele merecia ser condenado à morte desta forma? Uma criança de 12 anos?

Adriano Lino Gregório, o “Naninho”, completaria 13 anos em janeiro de 2021. Era um garoto que tinha uma família que o amava muito, e vários amigos na Escola Professor Anísio Teixeira, onde estudava. Ele estava sempre brincando em volta da galera na batalha de rap da Costeira, era querido por todos. Novamente me peguei refletindo sobre o quanto vale a vida de uma criança negra no Brasil, e o quão necessário é a luta do movimento negro, que nunca

pare, para que todas as crianças tenham direitos à infância. E quando digo direitos, não é só a direitos básicos, mas ao direito de viver, de ter sua existência preservada e respeitada. Naninho e todas as crianças negras, vítimas do racismo estrutural, sempre estarão vivos para nos lembrar de nunca desistir.

Naninho, presente!

VOCABULÁRIO

PRECONCEITO - Ato de julgar ou destratar uma pessoa, ou grupo social sem conhecimento prévio, inteiramente baseado na hostilidade e imagem negativa que se tem de um grupo ou pessoa. Também pode ser motivado pela concepção de estereótipos propagados na sociedade.

RACISMO - É uma forma de preconceito ou discriminação baseada na crença de que membros de um grupo étnico são inferiores por possuírem uma cultura, características e comportamentos específicos de seu povo. No Brasil, é um crime inafiançável previsto pela Lei 7.716/89.

DISCRIMINAÇÃO - Tratamento injusto, negativo e desigual com relação a um grupo, ou pessoa, devido à sua origem, cor ou comportamento. Consolida-se em uma ação, que pode ser uma ofensa ou um modo diferenciado de tratamento.

RACISMO ESTRUTURAL - É uma construção social, onde práticas de discriminação racial e segregação são naturalizadas e enraizadas no modo como a sociedade se comporta, se modifica e age.

RACISMO INSTITUCIONAL - Sistema desigual que privilegia um grupo e desfavorece o outro. Está presente nas instituições, órgãos públicos governamentais, corporações empresariais e universidades públicas ou privadas, onde as pessoas negras têm menos acesso ou são desvalorizadas.

RACISMO RECREATIVO - É o racismo disfarçado de humor. São práticas ofensivas que podem ser atribuídas a “brincadeiras inofensivas”, mas que, na verdade, ferem e reproduzem estereótipos negativos sobre o negro.

MITO DA DEMOCRACIA RACIAL - Construção histórica que se perpetuou no imaginário social sobre a falácia de que não há distinção racial e que todos os indivíduos são igualmente tratados, usufruem dos mesmos privilégios e convivem em harmonia.

COLORISMO - No Brasil, existem mais de cem tons de pele negra. Isso é o que determina o grau de discriminação racial que a pessoa irá sofrer de acordo com seu tom de pele. Ou seja, quanto mais pigmentada for a pele da pessoa, mais chances ela tem de sofrer racismo. No entanto, pessoas negras de pele clara também são vítimas de preconceito.

ESTEREÓTIPO - É uma concepção negativa, generalizada e sem fundamento sobre a imagem de uma pessoa ou grupo. Por exemplo, o “negro favelado” ou a “negra barqueira”, que são papéis perpetuados pelas novelas brasileiras, como se o negro só pudesse se enquadrar em um destes “padrões”.

MISCIGENAÇÃO - Processo de mistura de etnias que resulta em uma pluralidade de cores, corpos, culturas e comportamentos. No Brasil, ocorreu pela junção de povos das diversas etnias europeias, indígenas e africanas.

NEGRITUDE - É o reconhecimento e valorização do próprio corpo negro e sua cultura afrodescendente.

BRANQUITUDE - É a identidade racial branca que se constrói naturalmente a partir de privilégios sociais. Esses privilégios são mantidos e valorizados em cima da desvantagem de outras raças/etnias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, Simone Gonçalves; AVANCI, Joviana Quintes. **O Labirinto de Espelhos: formação da autoestima na infância e adolescência**. 10. ed. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2004.

BLOGUEIRAS NEGRAS. **Colorismo: o que é, como funciona**. Disponível em: <http://blogueirasnegras.org/colorismo-o-que-e-como-funciona/>. Acesso em: 30 nov. 2020.

BVSMS. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política do SUS**. Disponível em: https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_integral_populacao.pdf. Acesso em: 30 nov. 2020.

BVSMS. **Vigitel Brasil 2018 População Negra: Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico**. Disponível em: http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/vigitel_brasil_2018_populacao_negra.pdf. Acesso em: 17 nov. 2020.

BVSMS. **Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros 2012 a 2016**. Disponível em: http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/obitos_suicidio_adolescentes_negros_2012_2016.pdf. Acesso em: 15 nov. 2020.

CNN. **Garoto de 7 anos faz memorial para Chadwick Boseman, seu super-herói favorito**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/entretenimento/2020/08/31/garoto-de-7-anos-faz-memorial-para-chadwick-boseman-seu-super-heroi-favorito>. Acesso em: 30 nov. 2020.

CTC PUC-RIO. **Diferenças sociais: pretos e pardos morrem mais de COVID-19 do que brancos, segundo NT11 do NOIS**. Disponível em: <http://www.ctc.puc-rio.br/diferencas-sociais-confirmam-que-pretos-e-pardos-morrem-mais-de-covid-19-do-que-brancos-segundo-nt11-do-nois/>. Acesso em: 30 nov. 2020.

DAVID, E. D. C. **A saúde mental da população negra importa! Por que ainda precisamos afirmar?**. ABRASCO, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1, out./2020. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/gtracismoesaude/2020/10/20/a-saude-mental-da-populacao-negra-importa-por-que-ainda-precisamos-afirmar-artigo-de-emiliano-de-camargo-david/>. Acesso em: 9 nov. 2020.

DIFERENÇA. **Preconceito, racismo e discriminação**. Disponível em: <https://www.diferenca.com/preconceito-racismo-e-discriminacao/>. Acesso em: 27 nov. 2020.

ENS. **Mulheres Chefe de Família no Brasil: Avanços e Desafios**. Disponível em: https://www.ens.edu.br/arquivos/mulheres-chefes-de-familia-no-brasil-estudo-sobre-seguro-edicao-32_1.pdf. Acesso em: 30 nov. 2020.

FIOCRUZ. **Mortalidade materna é maior entre mulheres negras**. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/mortalidade-materna-e-maior-entre-mulheres-negras>. Acesso em: 30 nov. 2020.

G1 PERNAMBUCO. **Criança de 5 anos morre após cair do 9º andar de prédio no Centro do Recife**. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/06/02/crianca-de-5-anos-morre-apos-cair-do-9o-andar-de-predio-no-centro-do-recife.ghtml>. Acesso em: 30 nov. 2020.

GOV.BR. **Estatuto da Igualdade Racial**. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/crianca-e-adolescente/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-versao-2019.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2020.

IBGE. **Analfabetismo por Município**. Disponível em: https://educacao.mppr.mp.br/arquivos/File/dwnld/analfabetismo/dados_estatisticos/populacao_analfabeta_por_municipio_brasil.pdf. Acesso em: 21 nov. 2020.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf. Acesso em: 30 nov. 2020.

IPEA. **Atlas da Violência 2020**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlas-violencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>. Acesso em: 30 nov. 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Painel de Indicadores do SUS: Saúde da População Negra.º10**. Disponível em: <https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2016/maio/04/miolo-painel-10-22032016.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2020.

MOREIRA, Adilson. **Racismo Recreativo**. 1. ed. São Paulo: Pólen, 2019. p. 77-95.

NOIS. **Análise sócioeconômica da taxa de letalidade da COVID-19 no Brasil**. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1tSU7mV4OPnLRFMMY47JIXZg-zkkklvkdO/view>. Acesso em: 13 nov. 2020.

REDE DE OBSERVATÓRIOS DE SEGURANÇA. **Racismo:** uma ausência presente no discurso sobre violência. Disponível em: <http://observatorioseguranca.com.br/wp-content/uploads/2020/07/Racismo-motor-da-violencia-1.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2020.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se Negro:** As vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro em Ascensão Social. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983. p. 3-77.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo:** Porque as notícias são como são. 1. ed. Florianópolis: Insular, 2005. p. 26.

UNICEF. **O Impacto do Racismo na Infância.** Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/media/1731/file/O_impacto_do_racismo_na_infancia.pdf. Acesso em: 30 nov. 2020.

UNICEF. **Pobreza na Infância e Adolescência.** Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/media/156/file/Pobreza_na_Infancia_e_na_Adolescencia.pdf. Acesso em: 30 nov. 2020.

UOL. Estudo: **Crianças negras e latinas têm mais risco de morrer de covid nos EUA.** Disponível em: <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2020/09/16/estudo-criancas-negras-e-latinas-tem-mais-risco-de-morrer-de-covid-nos-eua.htm>. Acesso em: 30 nov. 2020.

“Chegamos a vida adulta, mas nossas dores ainda são de infância”. O racismo é um determinante social na vidas das pessoas negras. Dentre as suas diversas práticas, a violência psíquica é uma das mais devastadoras. Além disso, é uma experiência atemporal, que começa na infância e perpassa toda a vida. A exposição contínua ao racismo pode resultar em problemas de autoestima, sentimentos de angústia, baixo rendimento escolar e em outras atividades do dia a dia. Ao chegar à vida adulta, essas cicatrizes tendem a emergir, e segundo psicólogos podem estar relacionadas ao desenvolvimento de ansiedade, depressão, e outros transtornos psicológicos. Diante dessas cicatrizes provocadas pelo racismo é necessário lutar, mais do nunca, por uma educação que promova, desde a infância, o respeito e a valorização da cultura e do povo negro brasileiro. Além de, fomentar uma Psicologia Antirracista que acolha as dores já existentes.

